

A Primeira Edição Portuguesa d’*O Príncipe* ou o Maquiavel Fascista de Francisco Morais

João Bettencourt da Câmara*

Cada século, cada época e cada conjuntura produzem o seu *Príncipe* e criam o seu Maquiavel. E cada país tem, em cada momento, o Maquiavel e o *Príncipe* que merece. Portugal editou o seu primeiro *Príncipe* em 1935, em pleno século XX, mais de quatrocentos anos após a publicação original. Que edição foi essa, que conjuntura a gerou, que significado político teve, por que mão surgiu, que futuro foi o seu?

O leitor notará imediatamente que a menção não vai para a *tradução*, mas para a *edição* do livro que, subsumindo aquela, pode, como neste caso, conter elementos susceptíveis de, directa ou indirectamente, afectarem a caracterização do autor traduzido e do seu pensamento e, assim, os efeitos do texto sobre a leitura e sobre o público a que se expõe. É a relação destes factores – edição, tradução, leitura – com a conjuntura política e social em que se exercem, que, por vezes, define e decide a significação, os impactos e o próprio futuro de um livro, como veremos acontecer com esta primeira edição portuguesa d’*O Príncipe*. Concebida não

*Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

apenas como um acto de cultura, mas também e porventura sobretudo como um instrumento de intervenção ideológica, foi esta última circunstância que, num segundo tempo, a fez votar ao silêncio e ao olvido¹, apesar de a tradução de Francisco Morais ser, até à data, a melhor versão literal d’*O Príncipe*, produzida a partir de original italiano, em Portugal.

Ficará para outro ensejo a consideração das causas do extraordinário retardo da primeira edição portuguesa d’*O Príncipe*², que é aqui pela primeira vez mais de espaço descrita, situada e examinada³.

O livro e sua organização

MAQUIAVEL – *O Príncipe*, “com um artigo de MUSSOLINI a servir de introdução”, Tradução de Francisco Morais (Coimbra: Atlântida – livraria editora, 1935), XII + 132 + 2 pp.. 19 x 12 cm. O volume, que não foi reeditado, inclui duas ilustrações: após a folha de rosto, a estátua de Maquiavel, por Bartolini; e entre pp. 72 e 73, o retrato de César Bórgia, por Giorgione. Ambas as fotografias, impressas em papel couché, são do famoso estúdio Alinari, de Florença.

pp. V-XI – Artigo de Mussolini, mencionado na capa e folha de rosto (sem o título original e amputado da abertura, do que não é dada notícia ao leitor).

pp. 5-118 – Tradução d’*O Príncipe*, sem indicação do original utilizado, que foi certamente italiano.

pp. 119-129 – “Notas”, num total de 96, claramente da autoria do tradutor (embora nada no livro o indique) e, na generalidade, próximas das da edição d’*O Príncipe*, de Chabod⁴.

pp. 131-132 – “Índice” (sem menção das ilustrações nem da errata).

p. 133 – “Errata” (cuidadosa e útil, mas não exhaustiva. Por exemplo – e não há muitos mais –, não assinala “Rousseau” por “Rousseau”, na p. x, linha 26, ou “Ramanha” por “Romanha”, na p. 18, linha 19).

Trata-se de uma edição graficamente desprezível, brochada, visivelmente concebida para estar ao alcance do “grande público” – como, aliás, seria de esperar do desígnio político que acompanhou a publicação, como já veremos. Surgiu em formato pequeno e curiosamente no exacto ano que assinalou a revolução do *paperback*, mas, salvo quanto ao preço e qualidade intrínseca, não partilha com este das suas características típicas, no que respeita à apresentação e tiragem⁵, que não pode ter ultrapassado a modéstia das emissões normais, ainda hoje, em Portugal.

Como facto de cultura, e por ser a primeira publicação portuguesa de Maquiavel, o livro tem evidentemente um valor histórico, que lhe é inerente e absoluto. Mas como facto ideológico localizado, a sua significação não pode deixar de ser relativa, dependendo, primeiro, do contexto político em que surgiu e, depois, da mudança de relações de forças que, nesta esfera, lhe foi imputando novos significados e lhe condicionou o futuro.

Na verdade, esta primeira edição portuguesa d’*O Príncipe* é também uma das duas únicas que, entre nós, de maneira explícita e ostensiva, se filiam numa posição ideológica claramente definida: neste caso, o da leitura fascista do pensamento de Maquiavel.⁶

Não é por palavras (próprias), mas por obras, que tradutor e editora sugerem uma leitura fascista do livro: pela inclusão – como única matéria prefacial – do “artigo de MUSSOLINI”, pelo destaque com que este último é editorialmente tratado na capa e rosto do volume, pela iconografia escolhida e pelo próprio contexto que rodeia a tradução. De resto, o que não deixa de ser curioso, nada na brochura indica ser esta a primeira edição portuguesa d’*O Príncipe* e não é audácia excessiva arriscar-se que, para Francisco Morais, terá pesado mais a significação política do livro do que a sua significação cultural. Com efeito, só em 1947, ou seja, só após

surgir a edição da Cosmos, de 1945 (que é de pendor marxista e sem qualquer alusão à da Atlântida, excepto indirecta, num preliminar remoque a Mussolini) é que Morais reivindica para si “a primeira tradução port. do *Príncipe*”, mostrando ter perfeita noção da sua precedência absoluta e respectivo alcance cultural.⁷ Mas comecemos pelo que literalmente salta à vista – a iconografia.

Iconografia, política, ideologia – escolhas

Num livro como este *Príncipe* de Francisco Morais seria desavisado ignorar a significação da iconografia que contém, a qual não pode ser tratada como mero adereço, destinado apenas a embelezar a publicação ou a satisfazer os impulsos, necessidades ou simples curiosidade do leitor porventura menos letrado. Com efeito, nada seria mais grosso e errado, atendendo à formação, intenções e subtileza de Francisco Morais, o qual, apesar da modéstia tipográfica da edição, cuidadosamente pensou a qualidade do conteúdo oferecido e dos seus desejados efeitos, nos planos cultural e político. Pode mesmo dizer-se que, deste ponto de vista – isto é, da perspectiva do livro como instrumento de combate político e ideológico – este opúsculo é uma pequena e subtil obra-prima de construção.

De facto, convém ter-se em conta que Francisco Morais, como melhor veremos adiante, é o autor não apenas da tradução, mas também desta primeira edição portuguesa do *Príncipe*, não podendo haver dúvida razoável sobre que a escolha das ilustrações tenha sido dele – como, aliás, seria normal em qualquer caso. Por outro lado, repita-se, deve igualmente atender-se a que a publicação deste *Príncipe*, em 1935, não foi apenas um acto de cultura, mas uma intervenção ideológica e política destinada a caucionar e afirmar ideais fascistas, num momento em que o fascismo, como movimento político, estava a viver a fase mais decisiva da sua

luta contra o Estado Novo, em Portugal: “todos contra Salazar!”

Em suma, é indispensável ter-se sempre presente a dupla intenção, cultural e política, do livro, para melhor se entender a escolha e significação das ilustrações que contém. Para mais, tratando-se de um livro modesto e considerando os custos acrescidos que a inclusão de figuras implicava, tudo exigiria da parte de Francisco Morais um ponderado exercício de escolha, visando a obtenção do máximo efeito possível do ponto de vista da qualidade (dimensão cultural) e da eficácia sugestiva (dimensão política) da iconografia presente. Ora Morais, melhor que muitos conhecia o valor comunicativo das imagens ou não tivesse sido ele autor de uma dissertação de licenciatura sobre miniaturas medievais, cujas funções expressivas teve ocasião de abordar⁸.

Que imagens incluir? Morais escolheu o autor, Maquiavel, como seria de esperar e, para segunda figura, a de César Bórgia, o mítico modelo inspirador do *Príncipe*, que Niccolò chegou a sonhar como redentor da lacerada pátria italiana, batida e humilhada pelo bárbaro estrangeiro⁹. Eleitos os figurantes, era necessário escolher as representações e os suportes, o que implicava um juízo ao mesmo tempo estético, histórico e político. Do ponto de vista estético e quanto ao suporte, Morais optou em ambos os casos por fotografias provenientes do estúdio Alinari (o que, aliás, significativamente, é indicado no livro¹⁰) e pela impressão em couché. Que melhor podia haver? A *Fratelli Alinari*, além de florentina como Niccolò, foi fundada em 1852 e, como é sabido, continua a existir como a mais antiga empresa de fotografia do mundo e uma das mais prestigiadas, pela qualidade e critério da produção.¹¹

Restava seleccionar, para cada um, entre a iconografia existente. Para o caso de César (1476-1507), Morais optou pelo retrato atribuído a

Giorgione (c. 1478-1511)¹², que o representa com o encanto e gravidade que todos reconheciam ao Duque e com feições que serão muito próximas das que Maquiavel viu pela primeira vez, em Junho de 1502, na sua missão a Urbino.¹³ Uma escolha, pois, que favoreceria simultaneamente a qualidade estética, a pertinência histórica e a valorização do personagem.

Mas, para Maquiavel? Que representação escolher? Tratava-se aqui de uma opção bem mais difícil. Por um lado, o problema da iconografia de Maquiavel continua por resolver, ou seja, não há absoluta certeza sobre a vera fisionomia do pobre e esquecido Niccolò. Por outro, essa mesma incerteza contribuiu para gerar dezenas de imagens diferentes do Secretário Florentino, na pintura, na escultura, na gravura, em esmalte, etc.. Francisco Morais escolheu. E escolheu o *Niccolò Macchiavelli* de Lorenzo Bartolini (1777-1850), que continua hoje a meditar no seu nicho, à entrada dos Uffizi, em Florença. Porquê? O fundamental parece claro: para as intenções de Morais seria impossível achar melhor e é difícil acreditar que só por acaso tivesse chegado a essa opção. Na verdade, seria preciso acreditar em tudo ou quase tudo para imaginar que a propriedade da escolha de Morais, para os seus fins específicos, tivesse brotado de uma pura e feliz coincidência...

Maquiavel, o Príncipe e a estátua

Nascido na Toscana, Bartolini fez a primeira parte da sua carreira ao serviço de Napoleão¹⁴ e só regressou a Florença, onde viria a morrer, após a derrota final do imperador, em Waterloo. Autor de uma vasta obra, inspirada por um classicismo renovado, o *Niccolò Macchiavelli*, de 1846, conta-se entre o melhor da sua estatuária.¹⁵ O que não é dizer pouco: Ingres, que duas vezes o retratou, escrevia dele: “Bartolini é o homem em quem vejo

não só o maior talento, mas um talento do tempo de Péricles, ou seja um sentido da beleza”!¹⁶

Não é este o sítio para lembrar o papel das invasões napoleónicas na exaltação do ânimo patriótico que preparou a independência italiana, nem o entronamento da obra de Maquiavel na esplêndida edição de 1810¹⁷. O que importa aqui é relevar o simbolismo nacionalista do *Macchiavelli* de Bartolini para os italianos do *Risorgimento* – e, na verdade, para gerações subsequentes – que viram no Secretário Florentino e nesta sua imagem o espelho dos seus sonhos, das suas aspirações, e da sua própria identidade nacional. Este complexo de sentimentos que a imagem despertou e continuou a estimular é expressivamente documentada, em 1883, por uma passagem de Tommasini, um dos primeiros grandes biógrafos de Maquiavel¹⁸, cuja prosa não só interpreta mas, sente-se, adopta as patrióticas emoções de uma época que também foi sua. Julgue por si o leitor:

“(…): mas a outros poderá bastar sem excessivo esforço de fé que a bela figura ideal daquele arguto génio político [Maquiavel] fale à mente dos Italianos, tal como o faz nas formas da belíssima estátua de Bartolini, que se anicha no pórtico dos Uffizi; em cujos traços o carácter geral do tipo toscano se junta a tantas subtilezas particularidades que inclinam a discernir naquele vulto a própria pátria e a herança do pensamento de Dante; e parecem revelar no mármore o ânimo do grande político do renascimento, profeta de Itália.

“E quando depois se contempla a coluna, à volta da qual se enroscam como serpentes os braços dos tiranetes de Itália, quando se contempla a coluna sobre que se apoia o livro do Príncipe, voltam à memória as lágrimas e as feridas da nossa pátria, da qual ele sentia já as dores e concebia o remédio, de maneira que a consciência italiana não menos do que a crítica histórica acha nela em que se comprazer.”¹⁹



Fig. 1. Reprodução da edição de 1935. A fotografia de frente acentua a austeridade da imagem. (Uffizi).

O leitor notará que Tommasini não vê a estátua como sendo necessariamente uma fiel representação do Maquiavel físico. Interessa-lhe muito mais a carga ideológica de que a obra é portadora: a representação sintética do que Tommasini chamaria de bom grado a alma italiana que se revê na simbólica da escultura e no ânimo de Maquiavel, como arauto da unidade e independência nacionais. Notará também, contemplando a estátua, que a loba romana e cesárea, pagã, é a base em que pousa o livro, sobrepondo-se de facto aos braços dos “tirantes de Itália”, mas também à tripla tiara e às Chaves de Pedro, as insígnias papais. Nisto é fiel ao pensamento secular e “romano” de

Maquiavel²⁰, exalçado pela coroa que orna a base da coluna, meia de loiros, celebrando a glória perene do escritor, e meia de acanto, aludindo ao seu triunfo sobre a morte e sobre a adversidade, triunfo e glória imortais que seriam também os da nova Itália profetizada, posta nos escudos que se fundem com a unidade do eixo nacional.²¹ O livro apoia-se neste e é ele que sustenta o livro, com CAESAR por legenda. A mensagem simbólica e ideológica da estátua lê-se a céu aberto, tal como deliberadamente a esculpiu o cinzel de Bartolini.



Fig.2. A mesma estátua vista da perspectiva normal do observador, de baixo para cima. Uffizi (Fot. Paulo Nogueira, 2004).

Mas não é tudo. Maquiavel / César Bórgia: a inclusão destas – e apenas destas – específicas ilustrações pode ter servido o propósito de sugerir a clássica ligação entre o filósofo e o príncipe, entre Maquiavel e o seu alegado Príncipe-modelo, estabelecendo um elo subliminar entre o Pensador e o *Duce*, o filósofo d’*O Príncipe* e o Príncipe-filósofo – este celebrando o pensador e revendo-se na sua interpretação proemial.

Será possível, apesar de tudo e por amor à dúvida, pensar-se numa escolha simples, cândida e de circunstância, feita por Francisco Morais apenas com o intuito de mera ilustração?!... E se não, seria possível imaginar-se que a outra, a do prefácio de Mussolini, tivesse sido, talvez ela, inocente? Vejamos.

A referência ideológica da edição – o argumento político

Poder-se-ia porventura argumentar, em favor de uma possível neutralidade política da escolha do “prelúdio” de Mussolini, que este era um devotado leitor de Maquiavel, que aliava à loquacidade acutilante do jornalista de combate, a experiência prática da grande política (ainda por cima italiana), que usava uma prosa clara, simples e incisiva, que era político sagaz e, para mais, com toda a fulgente aparência do príncipe redentor, patriótico e triunfante que o próprio Niccolò imaginara, e com que o *Duce* chegou a ser identificado, em Itália e fora dela. Por exemplo, em Dezembro de 1924, Austen Chamberlain, então Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, referia-se-lhe como “um homem maravilhoso (...) que trabalha para a grandeza do seu país”, e, anos depois, Lady Chamberlain ainda usava frequentemente o emblema fascista. O próprio Winston Churchill, em 1927, numa entrevista ao *The Times*, louvava a dignidade, serenidade e encanto de Mussolini, que

“não pensava em outra coisa senão no bem-estar, tal como o entendia, do povo italiano” e acrescentava, no mesmo lugar, dirigindo-se ao *Duce*: “Se eu fosse italiano estaria de todo o coração consigo do princípio ao fim no seu combate triunfante contra os apetites e paixões bestiais do leninismo”! Que pensou disto o *The Times*? Cumprimentou Mr. Churchill, no dia seguinte, “por ter compreendido o verdadeiro espírito do fascismo.” Lord Rothermere, em 1928, declarava ao *Daily Mail* que o *Duce*, que comparava a Napoleão (o presidente da Universidade de Columbia assemelhava-o a Cromwell), era “a maior figura da nossa época” e o *Manchester Guardian* não podia concordar mais, ainda em Janeiro de 1939, quando lhe chamava “o maior estadista do nosso tempo”. Aristide Briand, o socialista francês, que foi Prémio Nobel da Paz, em 1926, e onze vezes Primeiro-Ministro ou Ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país, entre 1925 e 1932, dizia de Mussolini: “Ele não é apenas um grande homem. É um homem bom”. Nos Estados Unidos, Otto Kahn chamava-lhe “génio” e o cardeal O’Connell, de Boston, descrevia-o como “um génio da governação dado à Itália por Deus para ajudar a nação a continuar a sua rápida ascensão para o mais glorioso dos destinos.”²⁸ Podiam-se encher páginas com insuspeitos ditirambos da época endereçados a Mussolini, mas os que ficam são suficientes para sugerir a respeitabilidade do homem e do político, para os fins e no tempo que agora nos interessam.

Assim sendo, porque não preferir o artigo de Mussolini, a outro qualquer texto, para a primeira apresentação d’*O Príncipe* de Maquiavel? Já vimos que não lhe faltava prestígio político. Faltar-lhe-ia, talvez, respeitabilidade académica? Por outras palavras: seria Mussolini citável, na altura, como intérprete de Maquiavel?

Não apenas citável, mas respeitável e relevante desse ponto de vista também. Em Itália, o artigo usado por Morais era referido por grandes mestres

dos estudos maquiavelianos, como Chabod²⁹ e Casella, e a leitura que o *Duce* aí fazia de Maquiavel convivía com as interpretações de clássicos, como Ugo Foscolo, Giuseppe Ferrari, Francesco de Sanctis, Alfredo Oriani³⁰ e outros; em França, havia traduções d’*O Príncipe* que usavam o texto de Mussolini como prefácio, ou que o citavam³¹; e, para atalhar, ainda recentemente, na Grã-Bretanha, o mesmo escrito foi usado numa das várias reedições da tradução de George Bull³².

Ou seja, em 1935 e em abstracto, não seria necessário ser-se fascista para escolher o texto de Mussolini como introdução a Maquiavel: pois não gozava o *Duce* de um imenso prestígio, como político, como homem e, até, como consagrado leitor d’*O Príncipe*? Que dizer então do seu uso, na edição de Francisco Morais?

Até do ponto de vista editorial a opção pareceria boa, associando (e em maiúscula chamada de capa) o nome do *Duce*, que já na altura era, como vimos, “um dos pilares da política europeia, um colosso mundial”³³ e universalmente conhecido do grande público, com o *Príncipe* de Maquiavel, agora pela primeira vez apresentado em Portugal. Todavia, seria ofender ambos, tradutor e editor, atribuir-lhes apenas o intuito oportunista de vender Benito por Niccolò ou vice-versa. E mesmo que o caso tivesse sido esse e apenas esse – que não foi –, em nada os dissociaria do convite à “leitura fascista” d’*O Príncipe*, que a introdução inevitavelmente endossa aos leitores, especialmente aos menos preparados e mais susceptíveis às teses de Mussolini.

Mas é fora de questão que tivesse havido neutralidade ideológica na escolha. Com efeito, nada do que foi dito acima desmente o deliberado intuito político da opção prefacial por Mussolini, filiada na resistência do fascismo português contra o seu principal inimigo interno. Que inimigo? Nada menos que Salazar, o qual explicitamente associava – e rejeitava – Mussolini e... Maquiavel. Tudo, num

momento em que o regime se consolidava e entrava nos “tempos áureos”³⁴, ou no “período áureo”³⁵, varrendo os opositores, nesse verdadeiro ano de vésperas que foi o de 1935. Vejamos a coisa mais de perto, começando pelo argumento académico.

Porquê Mussolini? Uma escolha marcada – o argumento académico

Em 1935, com toda a facilidade se acharia um bom texto introdutório – isto é, sem deliberada intenção política e capaz de situar a obra e o autor, coisa que o artigo do *Duce* não faz nem pretende fazer, mas que é falta conspícua e grave, especialmente numa primeira edição (e popular) de um grande e polémico clássico universal. Fontes estrangeiras havia-as abundantíssimas. E até mesmo uma peça portuguesa e mais recente do que o artigo de Mussolini (1924): o pioneiro estudo de Vergílio Taborda (1928-1929), que Francisco Morais intimamente conhecia e até cita em nota à sua tradução³⁶. Ora esse estudo – como, mais tarde e em contexto diferente, bem notou Carlos Eduardo de Soveral, outro tradutor de Maquiavel – possuía “*vincado carácter proemial*”³⁷. Porque não utilizar, por prefácio, um texto proemial e pronto, de autor português, em lugar do de Mussolini? – ou, até, porque não convidar Vergílio Taborda, que era amigo de Morais, a escrever uma apresentação nova, de raiz? Afinal, não é todos os dias que o obreiro do primeiro estudo português significativo sobre Maquiavel (caso de Taborda) tem a oportunidade de prefaciar a primeira edição nacional do “seu autor”!

Poder-se-ia aqui perguntar, em jeito de objecção: mas não teria Vergílio Taborda, sobre *O Príncipe*, uma posição irreconciliável com a de Morais, o que inibiria em consciência um tal convite? E a resposta seria, enfática e novamente: Não! Taborda, no *Maquiavel e Antimaquiavel*, começa, tal como o

Duce, pela concepção pessimista da natureza humana sustentada por Maquiavel, e que levaria este a uma “teoria dos meios de governo”, que separa a moral da política, dá à ideia de justiça um valor relativo, chega a esquecer os fins em favor dos meios, justifica o uso da força, da astúcia, do fingimento e da crueldade, num “realismo político” em que “só o resultado conta”³⁸. “O instrumento eficaz de transformação política não é o povo, é o príncipe”³⁹, ou seja, o Estado onipotente⁴⁰. De facto, não há qualquer diferença *de fundo* entre a leitura de Taborda e a de Mussolini: nem uma nem outra são originais e ambas se filiam, cada uma a seu modo e em seu tom, na “lenda negra” e transpersonalista de Maquiavel, que tem longa tradição e larga vigência na época. A de Taborda procura expor, entender e explicar, com os cuidados analíticos, aparelho bibliográfico e reservas típicas de um texto académico; a de Mussolini advoga e doutrina, vigorosa e abertamente, com a robusta verve do *condottiero*, onde não entram dúvidas nem senãos. Porque preferir, pois, o texto deste último, ao de V. Taborda que, além de ter carácter proemial, se filiava na mesma interpretação d’*O Príncipe*, e seria muito mais informativo para o leitor? Que outros motivos, senão políticos e ideológicos poderiam, nestes termos, justificar a escolha efectivamente feita?

Mas há mais, para estabelecer a deliberada adesão de Francisco Morais ao fascismo doutrinal: a falante circunstância de ter o mesmo Francisco Morais traduzido há pouco (1933), para a mesma Atlântida, os *Discursos da Revolução*, do *Duce*, na versão prefaciada por Italo Balbo, um dos líderes da “Marcha sobre Roma” e um dos mais fiéis e influentes defensores da doutrina fascista, em Itália⁴¹. Objectaria alguém que, apesar de tudo, a tradução poderia ter sido obra de um qualquer tradutor profissional, não necessariamente comprometido com o conteúdo do livro?

Difícilmente assim, depois de reparar na nota sobre a tiragem especial da edição: “Desta edição fez-se uma tiragem especial de 25 exemplares em papel da Abelheira e 50 em papel de linho, numerados e rubricados pelo tradutor” – o que, convenha-se, seria um desvelo absurdo e mais do que improvável, num tradutor neutral... Francisco Morais comporta-se como tradutor da obra e *autor da edição*: poucas dúvidas podem sobrar – se é que alguma – sobre a intenção deliberadamente política com que preparou os *Discursos da Revolução* do *Duce*, que, como Balbo não deixa de observar, reflectem e acompanham a subida daquele ao poder, num momento em que o fascismo português manifestava idênticas aspirações. E se dúvidas sobrassem, rapidamente se dissipariam perante um outro facto: o da publicação por Morais, aparentemente por conta própria, de *A Vida de Arnaldo*⁴², também em 1935, o ano d’*O Príncipe*, que revela ao público português, por um lado, o Mussolini-escritor e, por outro, o Mussolini-homem, chorando a morte de um irmão. O que não deixa de ser testemunho das aptidões propagandísticas de Morais, que assim unia a imagem tremenda do *Duce* do “Prelúdio”, com a do homem simples, sensível e talentoso que, no seu desgosto familiar, acharia eco, simpatia e, quiçá, admiração, no coração do mais comum dos leitores. Tratar-se-ia de dizer às pessoas, como em Itália, que “apesar do seu génio consumado o *Duce* era um homem simples e bom.”⁴³ Iguamente importante é mostrar como este acto de Morais parece espelhar uma admiração pessoal pelo Chefe, que ultrapassa as fronteiras da adesão ideológica à doutrina de que era portador. Morais, parece, amava a ideia, mas também o homem: o cantor e a canção. Amor retribuído, a julgar pela condecoração que o agraciou como Cavaleiro da Ordem da Coroa de Itália...⁴⁴

Em suma e para não ir além do estritamente necessário, parece indubitável que a escolha de Mussolini como apresentador d’*O Príncipe* foi tudo

menos inocente, e que se ficou a dever a uma clara e deliberada opção ideológica pela leitura fascista de Maquiavel (também presente, em Português, no Brasil da época⁴⁵), restando apenas saber se isso teve ou não efeito significativo nos leitores comuns da edição de Moraes, o que requereria investigação específica, separada do presente intento. Teremos ocasião de voltar, abaixo, às relações do tradutor com o fascismo, cabendo agora interrogar o próprio escrito do *Duce*.

O Artigo de Mussolini

De onde vem, afinal, o “artigo de Mussolini” e em que consiste a sua tese? A identificação surge, mas sumariíssima e incompleta, na página XI: “(Da Revista «*Gerarchia*»)” – e é tudo. O que já é simpático, atendendo à má qualidade geral das edições portuguesas (e não só) dirigidas, como esta, ao “grande público” que, afinal, é quem mais precisa de informação completa, mesmo que breve, que lhe permita sem outro esforço situar obras, ideias e autores. E com especial acuidade num caso como este, em que se tratava de apresentar pela primeira vez, em Portugal, o escrito mais polémico e famoso de um não menos polémico e famoso Maquiavel...

Ora, o artigo aparece amputado, sem que nada se diga ao leitor, tendo porventura pesado aqui as mesmas razões editoriais que terão levado a omitir a data da revista de onde foi extraído: 1924. É que Mussolini, na parte ablada do seu escrito, abre a dizer que o artigo poderia ser lido como “comentário do ano de 1924 (...)” ao *Príncipe*, o que nada conviria ao prefácio da *princeps* lusitana, de... 1935!

Repare-se, por outro lado, em que uma “melhor” identificação do artigo contribuiria para estabelecer a alegada autoridade de Mussolini, na matéria. Com efeito, apesar de impresso na *Gerarchia* (III, de Abril de 1924), revista teórica e doutrinal do fascismo italiano, com o título de “Preludio al Machiavelli” –

que, já agora, teria vindo a propósito reter, no critério da edição portuguesa⁴⁶ – o texto representaria (dizia-se) a introdução à suposta dissertação de licenciatura em Direito (*tesi di laurea in legge*), do *Duce*. Trabalho que, escreve Arnaldo Cortina, “nunca foi editado”⁴⁷, pela excelente razão – que lhe escapa – de nunca ter existido. De facto, o texto (que era peça autónoma e não uma introdução) foi redigido como “tese” a ser apresentada à Universidade de Bolonha, por ocasião de um doutoramento *honoris causa*, que acabou por não lhe ser atribuído, nem aí nem na Universidade de Roma⁴⁸.

Mussolini começa por explicar que o seu escrito não é nem pretende ser um texto académico, mas que trata de comparar as suas próprias observações sobre a política e sobre os homens com as do “grande Secretário”, pelo que “nada dirá de novo”. E pergunta-se: serão os conselhos de Maquiavel ainda úteis e actuais para “os dirigentes dos Estados Modernos”? Será o seu pensamento datado e obsoleto ou, pelo contrário, universal e actual? “*A minha tese, diz ele, responde a estas perguntas [sic]. Afirmo que a doutrina de Maquiavel é tão viva hoje como há quatro séculos, pois que, se os aspectos superficiais da nossa vida se transformaram grandemente, não se verificaram profundas modificações no espírito dos indivíduos e dos povos.*”⁴⁹

É este o fundamento da tese que Mussolini desenvolve e defende ao longo do artigo, e que sintomaticamente, logo no início do texto aproveitado em 1935, se estriba a si mesma na invocação e reafirmação do princípio maquiavélico da imutabilidade da natureza humana, “*sem limitação de espaço e tempo*”⁵⁰, remetendo o *Duce* não só para o capítulo XVII d’*O Príncipe*, mas também para os *Discorsi* (I, 3). Para Maquiavel não há antítese entre o príncipe e o povo, porque, diz Mussolini: “*A palavra Príncipe deve entender-*

se por Estado. No conceito de Maquiavel o Príncipe é o Estado”⁵¹. A soberania popular é “uma trágica burla”, uma “ficção”, uma “ilusão”, que, nas ocasiões cruciais, não colhe sequer nos países que dizem venerá-la, como quando se trata de declarar a guerra – que é proclamada não por referendo (“magnífico quando se trata de escolher o lugar mais próprio para a fonte da aldeia”), mas por decisão do Príncipe que se substitui ao povo que diz representar.

Dado que haverá sempre conflitos entre pelo menos alguns indivíduos e o Príncipe (ou seja, o Estado), cabe a este usar de todos os meios, incluindo a força, para os obrigar à obediência. “Maquiavel não se ilude e não ilude o príncipe. A antítese entre o príncipe e o povo, entre o Estado e o indivíduo é, no conceito de Maquiavel, fatal. (...) Enquanto os indivíduos, levados pelos seus egoísmos, tendem para o atomismo social, o Estado representa uma organização e uma limitação. (...) Todos [...salvo raros, santos ou heróis...] vivem em permanente revolta potencial contra as limitações.”⁵² Há uma “(...) dissidência irremediável entre a força organizada do Estado e o fragmentarismo dos indivíduos e dos grupos.”⁵³ É nesta linha que Mussolini fecha, citando um seu texto anterior, significativamente intitulado “Forza e consenso”, onde se centra sobre o Capítulo VI d’O Príncipe e os exemplos de Moisés, Ciro, Rómulo e Teseu, aí aduzidos por Maquiavel para mostrar a necessidade de os profetas estarem armados, para poderem obrigar os seus seguidores, quando estes já não crêem espontaneamente, a crer pela força. Por fim, o interesse de Mussolini pelo Capítulo VI não é certamente incidental, dado que é aí que Maquiavel trata também, pela primeira vez, das circunstâncias particulares dos príncipes fundadores de novos estados, o que poria as suas considerações muito próximas das aspirações, ânimo e interesses, unificadores e imperiais, do Duce.

Os paralelos não só da “tese” como da ordem da exposição, com a leitura de Vergílio Taborda,

são evidentes, salvaguardadas as diferenças de intenção, tom e estilo, já acima mencionadas, e correspondem, repete-se, a uma das interpretações tradicionais de Maquiavel, o qual se converte, com Mussolini, em patrono da filosofia e métodos do poder fascista.

Fica à vista, em síntese, a moldura da primeira edição portuguesa d’O Príncipe e da maneira como representou Maquiavel e o livro, que é o que importava aqui apreciar. E, como se viu, a opção ideológica pelo “artigo de MUSSOLINI”, além de omitir as referências indispensáveis para situar Maquiavel no seu tempo, e O Príncipe no quadro geral da obra (o que não cabia num texto doutrinal, como aquele é), estabelece um entendimento específico do pensamento maquiavélico e das consequências que dele decorreriam para a vida política contemporânea, segundo o Duce. Fica também à vista que nem um nem outro entendimentos são ou pretendem ser neutros e muito menos inocentes ou abertos sobre leituras e conclusões alternativas. Tornar-se-á, de seguida, evidente, que Francisco Morais, tanto em 1933, com os Discursos da Revolução, como em 1935, com “o artigo de MUSSOLINI” e com A Vida de Arnaldo, estava a afirmar não só uma opção ideológica, mas também uma posição política, de combate, pelo fascismo, contra o Estado Novo e contra o salazarismo.

Salazar vs. Mussolini e “Maquiavelo” – o confronto ideológico

Já acima ficou dito e notado que o período 1933-1935 inicia a consolidação dos “tempos áureos” do salazarismo, e que o próprio Salazar sempre fez questão de afirmar a especificidade política e ideológica do regime português, demarcando-se reiteradamente do fascismo italiano – como, aliás, do nacional-socialismo alemão e do comunismo, que lhe pareciam partilhar traços comuns, avessos à natureza do País e do Estado Novo⁵⁴. E Mussolini?, que dizer de Mussolini? Muito bem!, mas... em Itália!

“Concordo com Mussolini em Itália (...) mas não posso concordar em Portugal (...) [1933].”⁵⁵ “Estamos no limiar de uma época, diz Salazar [em Janeiro de 1934], envoltos ainda em sombras, e «sem mesmo nos poderem servir de guia modelos estranhos pela diversidade de algumas concepções fundamentais». (...) «Nenhum de nós afirmaria em Portugal a onnipotência do Estado em face da massa humana»; «nenhum de nós se lembraria de considerá-lo fonte da moral e da justiça sem que às suas decisões e normas se sobreponham os ditames de uma justiça superior»; (...) «nenhum de nós ousaria proclamar a força mãe de todos os direitos sem respeito pela consciência individual, pelas legítimas liberdades dos cidadãos, pelos fins que se impõem à natureza humana»”.⁵⁶

Reconhecia Salazar certas semelhanças entre o Estado Novo e o fascismo, “no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social”⁵⁷, mas “quase só restritas à ideia corporativa”, “sendo Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras.”⁵⁸ Quanto ao caso italiano, “(...) A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão⁵⁹, para um estado novo que não conhece limitações na ordem jurídica ou moral que marcha para o seu fim, sem encontrar obstáculos. (...) O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa em fugir a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter como balizas, à sua acção reformadora. (...)”

“(...) Mussolini, digo eu, é um grande homem mas não se é impunemente da terra de César e de Maquiavelo...”!⁶⁰

Bastarão estas breves notas, que poderiam ter sido escritas de propósito para responder ao “artigo de MUSSOLINI”, para mostrar a oposição de

fundo, no plano ideológico, entre o salazarismo doutrinal e o ideário exposto pelo *Duce*, quer nos *Discursos da Revolução*, quer no seu prefácio a *O Príncipe*, de Francisco Morais!

E é bom lembrar que esta *distância ideológica* relativamente aos “modelos estrangeiros” se exprimiu numa *repressão política* relativamente aos que, no plano interno, os tinham importado, ou seja, ao nacional-sindicalismo de inspiração fascista, juntando-se, assim, ao combate das ideias, uma vontade determinada de eliminar ou neutralizar politicamente os movimentos e actores que propunham esses “modelos”, como alternativa à doutrinação e ao poder salazaristas.⁶¹

Ora, o período 1933-1935 foi precisamente o tempo crucial em que essa confrontação se deu. E é neste contexto, que a publicação por Francisco Morais dos *Discursos* de Mussolini (1933), de *A Vida de Arnaldo* e do prelúdio ao *Príncipe* (1935), assume a sua plena significação política, em que vemos Maquiavel lançado para o palco onde se trava, nesse período, um dos mais importantes combates político-ideológicos, não só do Estado Novo, mas também *contra* o Estado Novo – e Niccolò surge em cena, pela direita, empurrado pelo *Duce* de Francisco Morais, precisamente no momento em que um pano rápido começa a correr sobre esta batalha interna e outro começa a abrir sobre o espectáculo tremendo do ciclo de guerras, que só viria a terminar em 1945.

O Salazar anti-fascista e o confronto político: alea jacta est!

Note-se, antecipando um pouco, que Francisco Morais se licenciou em Coimbra, em 1927, e que continuou depois ligado à Universidade, como Conservador do Instituto de Estudos Brasileiros. E que, como lembra António Costa Pinto, a Universidade de Coimbra “(...) foi o centro de todos

os movimentos políticos e ideológicos que dominariam a vida portuguesa na primeira metade do século XX”⁶², incluindo o Integralismo Lusitano, que, implantada a República, em 1910, passou da tertúlia à acção e daí a movimento político organizado, com a entrada de Portugal na I Guerra Mundial.

A influência do Integralismo sobre boa parte da juventude portuguesa foi enorme, como notava Raul Proença no seu clássico ataque à ideologia do movimento. Apontando certa esquerda, que tendia a combater o Integralismo pelo silêncio, obstinando-se a não reconhecer a sua penetração entre os jovens, atirava Raul Proença: “Deixar em silêncio toda uma filosofia da acção política (...) será cómodo, mas nem será honesto nem conveniente ao futuro da Democracia. – E é falso que a nova ideologia não tenha conquistado uma área enorme de inteligências juvenis. Eu falo de aquelas que felizmente se preocupam com os problemas morais e políticos, e não dessa vasa podre da mocidade que apenas atende aos seus interesses materiais e à solicitação dos seus baixos apetites. Essa mocidade não conta, nem pró nem contra a Democracia; nem é para essa mocidade indigna do seu próprio nome que democratas e integralistas erguem o seu pendão doutrinário. Excluindo essa escória da juventude, a parte restante está consideravelmente atacada do vírus reaccionário. Pretender negar este facto é querer prosseguir no velho vício da mentira em que todos nós embalamos o nosso sono mortal...”⁶³ Embora tivesse por referência externa a *Action Française*, o Integralismo criara um nacionalismo que se pretendia “especificamente português”, escorado, em boa parte, na doutrinação de António Sardinha e manteve-se monárquico até que a reticência de D. Manuel, exilado em Londres e a falha da alternativa legitimista, levou o movimento à suspensão da sua actividade política, libertando filiados e organizações para a busca de outras vias de intervenção.⁶⁴

Rolão Preto, Bacharel em Direito por Toulouse, que fora o mais jovem membro da Junta Central do Integralismo, participa no êxodo e funda, em 1932, um novo movimento, o Nacional-Sindicalismo (N/S), que se revê no fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão. Num primeiro momento, o N/S julgou ver em Salazar o seu Chefe natural, e o próprio Rolão Preto, perante a ascensão daquele a presidente do ministério, em 5 de Junho de 1932, celebrava, num artigo da *Revolução*, intitulado “*Alea jacta est...*”, o “vértice prodigioso que atingiu o Dr. Oliveira Salazar.”⁶⁵

Mas, poucos meses volvidos, com a publicação das entrevistas de Salazar a António Ferro, em Janeiro de 1933, Rolão Preto rapidamente constatou que vivera uma ilusão. Salazar, como já vimos, demarca-se do fascismo italiano, do nacional-socialismo e dos respectivos ímpetus revolucionários e totalitaristas, e revela-se um chefe avesso às turbas, retirado, introspectivo, um “ditador-catedrático”, tão hostil à intervenção directa violenta como ao espectáculo do poder. E estriba-se na União Nacional, criada “acima dos partidos”, e que, longe de ser revolucionária, mais parecia, no dizer de um desapontado fascista italiano, um “conselho de sábios”...⁶⁶ É a vez de Rolão Preto, em Maio de 1933, voltar às margens do Rubicão, mas, agora, em tom de desafio: “Sr. Dr. Oliveira Salazar: ouça V. Exa. a alma portuguesa que vibra: ouça os valores da nossa mocidade, e, se quer, *alea jacta est!*”⁶⁷

Salazar ouve mas não quer, e inicia-se o terceiro momento, que vai até 1935, o ano d'O Príncipe. Rolão Preto rompe definitivamente com o regime e afirma-se como aspirante a *Duce* português. Os nacionais-sindicalistas lançam-se numa febril campanha política e ideológica contra Salazar, com o apoio de militares que lhes são afectos. Salazar cobre a parada e ensaia a divisão, esvaziamento e absorção do movimento. Por um lado, faz plebiscitar

a nova Constituição e publica o Estatuto do Trabalho Nacional, adaptado da *Carta del Lavoro* fascista, em Setembro de 1933, subtraindo assim uma das principais bandeiras aos nacionais-sindicalistas⁶⁸, levando muitos dos seus membros a aderir à Situação e provocando uma cisão na cúpula do movimento. José Cabral, um dos dirigentes do N / S convertidos ao regime, contesta Rolão Preto e propõe Salazar como Chefe da “Revolução Nacional”. Rolão Preto avança para a escalada: convoca o I Congresso do N / S para 12 de Novembro de 1933, acusa Salazar de passar da “indiferença” à “ofensiva”, e faz a demarcação “nacionalista revolucionária” face ao Estado Novo. Em 26 de Novembro dá-se a cisão no seio do N / S, comprometendo-se os “cisionistas” a não hostilizar a União Nacional. Já em 1933, ano da publicação dos *Discursos da Revolução*, por Morais, a repressão abate-se sobre o movimento, sobre os seus órgãos de comunicação social, sobre os seus chefes, sobre as suas sedes. Em 26 de Maio de 1934, Campos e Sousa pode já escrever para Roma que “o senhor Salazar” é “(...) anti-fascista, anti-revolucionário, conservador e o nosso pior inimigo.”⁶⁹

Tinha razão. A repressão intensifica-se em 1934 e, na sequência de um esboço de golpe para que tinha procurado conquistar o Presidente da República, Rolão Preto é preso a 4 de Julho e exilado a 11, por seis meses, para Espanha, com Alberto Monsaraz, secretário-geral do N / S. O movimento é dissolvido e ilegalizado em nota oficiosa de 29 de Julho de 1934, esclarecendo-se que os filiados que não aderissem à União Nacional ou à Acção Escolar Vanguarda seriam considerados “indiferentes ou inimigos”.⁷⁰

O N / S passa à clandestinidade mas, após o regresso de Rolão Preto, em Janeiro de 1935, começa a organizar um golpe militar, em colaboração com forças de esquerda (“com todos, contra

Salazar”), republicanos, socialistas e outros “reviralhistas”, como António Sérgio, Cunha Leal, Ribeiro de Carvalho⁷¹. Uma vaga de prisões preventivas frustram o golpe, planeado para 10 de Setembro de 1935 e Rolão Preto foge para Espanha, onde, até 1936, continuou a conspirar para o derrube de Salazar.⁷²

É sobre este pano de fundo, aqui apenas esboçado e a galope, que surgem as traduções de Francisco Morais, tornando-se impossível supor que não tivessem intenção directamente política, situando o autor, em 1933 e 1935, entre os “fascistas resistentes” ao regime. Em particular, a publicação d’*O Príncipe*, para além da sua dimensão cultural, constituiria, na altura, uma verdadeira provocação, no plano da luta ideológica, em que o “Maquiavelo” de Mussolini é apropriado pelo fascismo português e exposto ao público, como instrumento de luta, em simultâneo com *A Vida de Arnaldo*, num momento em que o combate chega ao lance decisivo e, com este, à liquidação efectiva do nacional-sindicalismo, em Portugal. Não será porventura coincidência o facto de, após esta data e tanto quanto sei, Francisco Morais não regressar à literatura de combate, preferindo aparentemente recolher-se a actividades estritamente universitárias...

Deve dizer-se, desde logo, que o contexto político e o enquadramento doutrinal em que surgiu *O Príncipe* em nada reflectiram quer na qualidade da tradução quer na orientação das notas como, aliás, seria de esperar das virtudes académicas de Francisco Morais, que soube bem distinguir, neste exercício, entre as suas preferências ideológicas e os deveres que lhe impunham a honestidade intelectual e a sua sofisticada cultura. O passo seguinte consiste precisamente em estender-se a análise à tradução e notas, consideradas em si mesmas, ou seja, independentemente do prelúdio ideológico que as antecede.

A Tradução e as Notas de Francisco Morais

Tal como sucede nas outras edições portuguesas (excepção feita para a de 2003), em parte alguma vem indicado o texto a partir do qual é feita a tradução, ou se esta é feita com base em original italiano – ou a partir de tradução anterior, em outra língua, como o Francês.

Felizmente, este último problema resolve-se sem dificuldade, por simples exame do próprio texto de Francisco Morais, sendo fora de dúvida que recorreu a um original italiano d'*O Príncipe*. Mostram-no a proximidade e intimidade da versão portuguesa com o vocabulário, as construções sintácticas e os próprios maneirismos da prosa maquiavélica, que não poderiam ser assim, com tanta propriedade, capturados através de uma tradução em outra língua.

A questão seguinte, secundária, é procurar-se determinar, com base no texto e notas de Francisco Morais, de que edição italiana – necessariamente anterior a 1935 – FM se terá servido, para a sua tradução. E é aqui que as coisas se complicam: pareceu inicialmente claro que FM teria seguido a edição de Chabod⁷³, por duas ordens de razões. A primeira, porque as notas, se bem que muito menos abundantes do que as de Chabod, parecem resumir e, por vezes, quase reproduzir as deste último, acolhendo-lhes a orientação.⁷⁴ Repare-se, para mais, que a nota 21 de FM se refere aos “*sangiachi*”, assim mencionados no seu texto (Cap. IV, p. 20) e de que diz: “*Ou seja, governadores turcos*”, que é precisamente a leitura de Chabod, na nota correspondente (“*O «sangiachchi»: governatori turchi*”), que nisto difere da generalidade dos comentadores, incluindo Lisio (1899), que remetem (correctamente) para as divisões administrativas do Império Otomano, e não para os respectivos titulares.

Todavia, quando tudo faria crer que a base de Morais fora, de facto, o texto de Chabod, surgem

pequenas variantes que em parte o desmentem. Citarei apenas uma que, neste contexto, é particularmente significativa: quando Maquiavel, no Cap. III, advoga o estabelecimento de colónias num principado novo, “*che sieno quasi compedi di quello stato*”, ou seja, “que sejam quase como grilhões daquele estado”, Morais traduz: “*que sejam como que as chaves daquele Estado*” (p. 11); ora, o latinismo *compedes* (*compedi* [ou *legami*], em Chabod, p. 9 e n. 1), usado por Maquiavel, significa literalmente “prisões para os pés”, e nunca poderia ocorrer traduzi-lo espontaneamente por “as chaves” (“*le chiavi*”). – Mas é precisamente esta expressão, *le chiavi*, que aparece na edição *princeps* de Blado⁷⁵ (p. 4 v., linha 2) e noutras que a seguem: “*che siano quasi le chiavi di quello stato*”. De resto, tanto Lisio, como Mazzoni-Casella, como Chabod, etc., usam *compedes* (ou, com menos rigor, o italianizado *compedi*, no caso do último). Por outro lado, contra a ideia de que FM tenha recorrido à edição *princeps* militam, além de outros factores, importantes discrepâncias com esta última – por exemplo, no que respeita aos termos *Fortuna* e *Virtù*, que aparecem aí com maiúsculas, na Dedicatória e Cap. I (cf. p. 2 v. *in fine: Fortuna*; p. 3, Cap. I, *in fine: Fortuna e Virtù; passim*), onde FM as traduz, respectivamente, por “sorte” (p. 6) e por “fortuna e valor” (p. 7, apoiando-se aqui em Vergílio Taborda, cf. n. 3, p. 121). Em suma, parece que FM ou recorreu a uma versão italiana d'*O Príncipe* posterior à de Chabod, em que as notas deste tinham sido, pelo menos em parte, aproveitadas; ou, noutra hipótese, a mais do que uma edição italiana, entre as quais, quase certamente, a de Chabod, aproveitando, de caso em caso, as formulações que lhe pareceram “mais naturais”, em Português.

De resto, as omissões são raras e talvez devidas, algumas delas, a acidentes tipográficos, estranhos à responsabilidade do tradutor. Um exemplo de elisão acha-se logo na Dedicatória e servirá por

todos: onde Maquiavel escreve, “*confido assai che per sua umanità gli debba essere accepta*” (“confio muito em que por sua benevolência lhe deva ser aceita”⁷⁶), FM traduz, “*confio, no entanto, que a recebereis*”, ficando o “*assai*” e a “*umanità*” na tipografia (ou no tinteiro?) – o que é infeliz, não só em si mesmo, mas por haver quem creia (mal) que este uso de “*umanità*” suporia a intenção de Maquiavel atribuir interesses humanísticos ao destinatário da Dedicatória, Lorenzo o Jovem⁷⁷.

Por outro lado, e como seria de esperar, acham-se muitos termos e passagens que outros traduziriam ou tratariam de maneira diferente e porventura com maior propriedade. Dois exemplos: (1) *industria* é um termo que Maquiavel usa, por vezes, quase como sinónimo de *virtù* e que FM traduz, com exactidão e elegância, por *engenho* (p. 8), *sagacidade* (p. 14), *habilidade* (p. 18), etc.; penso, porém, que, tanto neste caso como nos de *fortuna* e *virtù*, teria sido bom que o tradutor os conservasse no texto ou deles desse nota, visto o valor quase-conceptual que lhes tem sido atribuído e os rios de tinta que (bem ou mal) a sua discussão, já na época, fazia correr. (2) Maquiavel termina o Cap. II escrevendo, “(...) *perché sempre una mutazione lascia lo addentellato per la edificazione dell'altra*”, ou seja: “(...) porque uma mutação deixa sempre o denteado [ou aparelho] para a edificação de outra.” FM traduz: “*porque uma mudança dá sempre coragem a outras*”, perdendo, assim, o único uso de *addentellato* (o metafórico “denteado” de um muro por acabar) nos escritos de Maquiavel – uso que, aliás, serviu recentemente como argumento na (descabelada) demonstração de uma alegada intimidade entre Niccolò e Leonardo⁷⁸; omitindo a analogia arquitectónica, que regressa em outros trechos de M., não por acaso; falhando o tom de “objectividade técnica” da frase, substituído pelo acento afectivo de “coragem”; abandonando o espírito da tradução literal; dizendo ao leitor o que

não está no original – e chega, apesar de não ser tudo.

O que mais importa é que, no geral, a tradução é adequada e competente, escrita num Português são e enxuto, que procura aproximar-se do texto italiano e alcançar o leitor comum. É certo que nem sempre captura a agilidade, a rapidez e o brilho frequentes em Maquiavel (“*acre, subtile, igneum*”, no dizer de Lípsio) mas, em compensação, encontra soluções elegantes para as construções mais desastradas deste, como no convoluto parágrafo inicial do Cap. IV, para não ir mais longe. E acha, muito em especial, a fórmula inesperada e luminosa, para uma passagem do texto que deve parecer intrigante a muitos. Servindo-me de Chabod, diz Maquiavel, no Cap. III, a propósito dos erros cometidos por Luís XII: “*E' quali errore ancora, vivendo lui, possevano non lo offendere, se non avessi fatto el sesto, di torre lo stato a' Viniziani: (...)*” (Chabod, pp. 15-16), ou seja, literalmente: “Os quais erros ainda assim, vivendo ele, podiam não o prejudicar, se não tivesse feito o sexto, de tomar o estado aos Venezianos: (...)”. O problema que se levanta aqui é o da expressão “*vivendo lui*”, por poder sugerir que o rei já teria morrido no momento da escrita, o que levaria a redacção desta passagem muito para além de 1513 (data geralmente aceite para a redacção original d’*O Príncipe*) e, de facto, para, pelo menos, 1515, ano da morte do monarca. Ora, sucede que na lógica da frase e do argumento de Maquiavel, neste trecho, a menção a o rei já ter morrido (ou não) seria irrelevante e sem sentido, pelo que a significação de “*vivendo lui*” há-de necessariamente ser outra – a menos que a expressão tenha sido acrescento espúrio de copista. Qual outra? Exactamente a encontrada por Francisco Morais, que se deve ter apercebido do problema e para ele achou a solução exacta e fulgurantemente simples. A seguinte: “Estes erros, que com o tempo remediaria, podiam deixar de

prejudicá-lo a não cometer o sexto: o de despojar os venezianos.” (Morais, p. 17). “*Vivendo lui*” é dado por Moraes, com toda a propriedade, no contexto, pela expressão “que com o tempo remediaria”, a única que faz sentido, neste passo d’*O Príncipe*. Que bom rasgo, este!

Na verdade, o único erro de monta praticado pela tradução de Moraes não está no corpo do texto, mas numa citação das cartas de Maquiavel feita no prelúdio de Mussolini: “*Os homens sentem-se mais dum poder que lhes foi tirado do que se lhes matarem o pai ou um irmão, porque a morte esquece-se algumas vezes e o roubo não. E a razão é esta: todos sabem que pela mutação dum Estado, um irmão não pode ressuscitar, mas pode reaver-se [sic.]o poder*” (p. vii). Ao traduzir *potere* por *poder*, em vez de por *propriedade* ou *património*, Francisco Moraes tira sentido à frase, que é exactamente o mesmo que se encontra no Cap. XVII e que aí correctamente verteu assim: “(...); *mas sobretudo não tocar na propriedade alheia, porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai que a perda do património.*” (p. 75)

É fácil achar-se múltiplas falhas e algumas omissões em qualquer tradução, por mais cuidadosa que seja, e mais fácil ainda condenar-se o todo pelos detalhes. Fácil, mas mesquinho e enganador, especialmente num caso como o de Francisco Moraes, em que o todo da tradução é de boa qualidade, critério e saber, capturando adequadamente o que é essencial n’*O Príncipe*. Começaram bem as coisas, em 1935, no que se refere à tradução, deixando uma útil referência para tentativas futuras, baseadas em textos italianos semelhantes ao usado por Moraes. Aqui fica a devida homenagem ao tradutor da *princeps* portuguesa, restando apenas umas palavras de fecho, sobre ele e sobre como terá condicionado o futuro desta pioneira edição.

O Autor - Quem foi Francisco Moraes?

O facto de Francisco de Moraes ter sido o primeiro tradutor português d’*O Príncipe* e a circunstância de quase só haver sobre ele a breve informação biográfica publicada no *Quem é Alguém* e no indiscriminado (e justamente por isso, muitas vezes preciosos!) panteão da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, obrigará a recorrer a outras fontes, para lhe estabelecer a identidade pessoal e académica, no que releva para uma melhor avaliação da *princeps* portuguesa.

Francisco [da Silveira] Moraes nasceu em 15 de Junho de 1899⁷⁹, na freguesia de Santa Cruz, em Coimbra, filho de Jorge Silveira Moraes, negociante, natural de Coimbra, e de Maria José Moraes, natural da freguesia de Nespereira, Gouveia, residentes na Praça 8 de Maio, em Coimbra. Foi baptizado em 8 de Outubro de 1899, na freguesia de Santa Cruz, tendo por padrinhos o Bacharel em Medicina Francisco de Freitas Cardoso (de quem terá herdado o nome próprio), e Georgina Moraes (sua irmã)⁸⁰.

Homem de saber, sensibilidade e talento, como se vê pela própria tradução e pelos seus escritos originais, Francisco Moraes licenciou-se em Ciências Históricas e Geográficas, pela Universidade de Coimbra, em 11 de Julho de 1928, com 16 valores⁸¹, tratando a sua dissertação *Da Miniatura Medieval e sua Relação com os Códices Miniaturados da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. O texto, minucioso, probo e elegante, veio a ser publicado em separata da revista *Biblos* (vol. 4, pp. 487-508 e 632-656, de 1928; e vol. 5, pp. 209-237 e 341-363, de 1929), revista onde, nos mesmos volumes, foi também dada à estampa parte do trabalho do seu contemporâneo, Vergílio Taborda, sobre Maquiavel⁸².

Terminada a licenciatura, Francisco Moraes tirou o Curso de Bibliotecário-Arquivista e o Curso de

Ciências Pedagógicas⁸³, e iniciou carreira como Conservador (o actual Bibliotecário-Arquivista) do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 25 de Setembro de 1930. Foi bolseiro, no País, com dispensa de serviço, por seis meses, em 1939⁸⁴. Entrou em licença ilimitada, em 23 de Novembro de 1949, tendo-se aposentado voluntariamente em 1 de Janeiro de 1951⁸⁵. Faleceu, segundo o suplemento da *Grande Enciclopédia*, em 19 de Fevereiro de 1959, em Coimbra. Estas indicações parecem sugerir um homem porventura de saúde frágil, minucioso e concentrado nas lides da investigação⁸⁶, se bem que, como estudante, tivesse participado activamente em outros aspectos da vida académica, como mostra o seu envolvimento com a “(...) Tuna e Orfeão Académico, de que foi grande influente, sendo exímio guitarrista”⁸⁷, a sua condição de delegado, em Coimbra, da Tertúlia Académica de São Paulo⁸⁸ e o seu papel de fundador e membro da direcção – com Paulo Quintela (presidente), Manuel Lopes de Almeida, Sílvio Lima, António Gonçalves Rodrigues, José Nunes de Figueiredo e outros – da Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra⁸⁹, no ano lectivo de 1926/27.

Entre outros textos⁹⁰, Francisco Morais publicou um estudo sobre *Relações Italianas na Restauração* (Coimbra: Atlântida, 1940, sep. de *Estudos Italianos em Portugal*), bem como investigações que atestam o seu interesse pelas coisas relativas ao Brasil: o prefácio à *Relaçam da aclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro...* (Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1940); *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativos ao Brasil* (Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, 1941), e, com César Pegado, *Cartas do 2º Marquês de Fronteira sobre os Negócios do Brasil, 1720-1728* (Coimbra: Coimbra Editora, 1944). Ainda um

volume sobre os *Reitores da Universidade de Coimbra* [Coimbra: Impr. de Coimbra, 1951], um estudo sobre “Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil” (1949, cf. nota sgt.) e, com José Lopes Dias, *Estudantes da Universidade de Coimbra Naturais de Castelo Branco* [Vila Nova de Famalicão: Tipografia «Minerva»/Castelo Branco: Depositário: Papelaria Semedo, 1955]⁹¹.

Por outro lado, sabemos também que a militância ideológica de Morais em nada repercutiu quer sobre a tradução d’*O Príncipe* quer sobre as notas, que ambas podiam ter saído da pena de um anti-fascista de esquerda, igualmente militante. A proibidade intelectual de Francisco Morais não pode, pois, ser posta em dúvida. O que ajudaria a explicar a sua associação à edição póstuma do *Maquiavel e Antimaquiavel*, de Vergílio Tabora, que prefaciou e ajudou a publicar. O indicador aqui relevante não é a orientação política de Tabora, mas a proximidade entre Morais e os outros subscritores do prefácio: Manuel Lopes d’Almeida e Paulo Quintela.

Em 1939, data da publicação do livro de Tabora, Manuel Lopes d’Almeida (1900-1980), então com trinta e nove anos e licenciado em Ciências Históricas e Geográficas, pela Universidade de Coimbra (30 de Outubro de 1929), já era um salazarista com estatuto próprio, como o demonstra a circunstância de, em Outubro de 1934 – portanto, após a ilegalização do N / S e pouco antes da publicação d’*O Príncipe* de Morais – ter sido chefe de gabinete do Ministro da Instrução Pública, para passar a deputado e a primeiro secretário da Assembleia Nacional, em 1937.⁹²

Paulo Quintela (1905⁹³-1987) é, em aspectos para aqui fundamentais, um caso bem diferente. Tendo feito os seus estudos em Filologia Germânica nas Universidades de Coimbra e Berlim, com uma breve incursão pelo Direito⁹⁴, licenciou-se em 26

de Outubro de 1929 e veio a doutorar-se em 21 de Março de 1947, sendo autor de extensa obra sobre as literaturas alemã e portuguesa, publicada ao longo de uma vida académica eminente⁹⁵. Em 1939, quando subscreveu o prefácio ao *Maquiavel e Antimaquiavel* de Taborda tinha trinta e quatro anos e era há muito um homem de esquerda, mas fiel aos laços da amizade e do convívio académico, que incluíam colegas ideologicamente tão distantes dele, como Manuel Lopes de Almeida e Francisco Morais. Como ele próprio recordava, na terceira pessoa, “Com os seus condiscípulos e contemporâneos fundou no ano lectivo de 1926/27 a *Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra* e foi presidente da sua Direcção, acamaradando com Manuel Lopes de Almeida, Sílvio Lima, Francisco da Silveira Morais, António Gonçalves Rodrigues, José Nunes de Figueiredo e outros”⁹⁶. Esta tolerância ideológica era recíproca, como se vê pelo apoio que recebeu de Manuel Lopes de Almeida para a realização da *Delfiada de Coimbra*, “que só foi possível graças à imediata compreensão” deste último⁹⁷, que era na altura Ministro da Educação de Salazar (1961-1962). Ora, por esta época, Paulo Quintela já tinha um longo percurso político-partidário de militante socialista. Como escreve Fernando Rosas, “Em fins de 1942, face à inactividade do antigo Partido Socialista (Secção Portuguesa da Internacional Operária – SPIO), surge o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista (NDAS), animado, entre outros, (...) pelos professores Teixeira Ribeiro e Paulo Quintela, em Coimbra”, dando origem à União Socialista, “(...) a mais importante organização política não comunista dos anos 40 (...)”⁹⁸.

O que mostra esta breve excursão? Um exemplo de civilidade e de decência, dado por três homens unidos num mesmo projecto, em homenagem póstuma a um amigo comum, Vergílio Taborda, apesar das diferenças políticas e ideológicas que os

separavam: Francisco Morais, o “resistente” do fascismo italiano; Manuel Lopes d’Almeida, o salazarista da União Nacional; e Paulo Quintela, um socialista empenhado, que bem podiam representar os três vértices do recente embate político, encerrado, como acima vimos, em 1935. O que implica – especialmente numa época em que as diferenças políticas se demarcavam por vezes com a cor do sangue, com as grades, ou com as distâncias do exílio – um fundo respeito mútuo, pessoal e intelectual, entre os três amigos: a separação das águas, no espírito de Francisco Morais – e dos outros – entre as opções ideológicas e as preferências e actividades académicas e pessoais.

A decência, a amizade e a generosidade não têm pátria e muito menos uma pátria politicamente determinada. Mas as ideologias sim e o facto de Francisco Morais ter sido um fascista doutrinalmente militante contribuiu, por certo e de maneira decisiva, para selar o futuro da *princeps* portuguesa, apesar da boa qualidade da sua tradução.

A edição suicida

Que futuro foi esse? Nenhum, se descontarmos a rara lembrança de um ocasional e académico rodapé. De facto, a edição de 1935 – e consequentemente, a tradução – nunca foi reimpressa e é hoje uma raridade bibliográfica, que só por acaso se encontra em algum alfarrabista, não parecendo ter deixado qualquer rasto, quer nas traduções posteriores, quer na memória do público leitor.⁹⁹

Pertence assim à atribulada história das “edições perdidas” – que também as há e muitas! – arrastadas na torrente de acontecimentos imprevisíveis e maiores, que as re-situam, afogam, esmagam e, por fim, inteiramente obliteram. A culpa, por vezes, é da Fortuna; por outras, da História; mais raramente, do livro: ora, retrospectivamente,

esta edição particular estava mesmo a pedi-las! A própria fórmula editorial da apresentação – o associar, na capa, do prestígio e verbo de Mussolini ao primeiro lançamento de Maquiavel – não poderia ser mais desastrosa para o futuro da edição.

Mal sonhariam a Atlântida e o tradutor que o ano de 1935, que parecia um tempo de relativa paz na ascensão do fascismo italiano e da ditadura portuguesa, seria um ano de vésperas na história da Europa, como um ar parado, no olho do tufão. Logo em 1936 estala, à porta, a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), rapidamente internacionalizada, com o seu cortejo de, até aí, inimagináveis violências e horrores. No mesmo ano, o *Duce* anexa a Etiópia e três anos depois, a Albânia. Em 1939, o ensaio espanhol dá lugar à mais brutal e mortífera guerra que a Humanidade jamais conheceu (1939-1945). A neutralidade ibérica é selada em Lisboa; Salazar, Franco e principalmente as circunstâncias logram persuadir Mussolini a seguir-lhes o exemplo, mas este só se contém até 1940. Nesse ano, a Itália entra na guerra e é o princípio do fim, para o *Duce*. De herói, fator da afirmação, do progresso, da unidade, e da expansão imperial do seu país, Mussolini passa abruptamente à humilhante situação de derrotado contumaz, torna-se de mestre do *Führer*¹⁰⁰ em mandarete, desce de líder sem par a prisioneiro na sua própria pátria – socorrido pelos aliados nazis, para encabeçar, como seu títere, um trágico e burlesco governo, instalado num esconso do Piemonte. Por fim, como se isso não bastasse, foi a aviltante captura, a execução e a bárbara e humilhante exposição dos seus restos, de cabeça para baixo, cobertos de imundícies, na Piazzale Loreto, em Milão – e o subsequente roubo do cadáver, em 1946, o qual, após meses de buscas e das mais grotescas aventuras, foi recuperado no armário de parede de um monge de Pavia. Mas não é só isso: a sua aliança com Hitler e a sua política, tornada cada vez mais serva e mais violenta,

levou-o a participar na campanha anti-semita, a sacrificar inutilmente centenas de milhares de soldados e civis italianos, a intensificar os desmandos e a repressão mais brutal, à medida que ia sentindo o poder escapar-se-lhe e o regime chegar aos estertores da agonia.¹⁰¹ Esta mistura do terrível, do humilhante, do degradante e do grotesco, acentuada e ampliada pela propaganda dos vencedores, estava bem longe da aura gloriosa do prefaciador do *Príncipe* português.

As astúcias da História tinham tornado o herói de 1935 no calamitoso líder da derrocada italiana e, a acabar, no trágico bufão do fim da Guerra. Aquilo que parecera a mais-valia do seu nome, na capa da *princeps* portuguesa, tornar-se-ia rapidamente em etiqueta infamante, nos anos que se seguiram – de resto, não exactamente propícios à leitura e meditação do *tratadetto* florentino... A edição de 1935 quis nascer com Mussolini e com ele morreu. Não que, apesar de tudo, não restassem (e restem) seguidores, ao *Duce*. Terá Francisco Morais sido um deles? Ou ter-se-á desencantado e afastado do fascismo, depois da Guerra, como o fez o próprio Rolão Preto? Pouco importa: no Portugal de 1945, as coisas tinham mudado e era tempo de um novo Maquiavel.

Epílogo

Esse *Príncipe* novo, cujo prefácio foi escrito por Manuel Mendes estava a Guerra a terminar, imprimiu-se em Agosto de 1945, dez anos após o de Morais, e já dava por “lixo” a interpretação de Mussolini¹⁰². É não pouco irónico, convenha-se, que os dois primeiros *Príncipes* portugueses tivessem sido apropriados, cada um em seu momento, por homens generosos, bem formados, amantes do Belo, do Bom e do Justo – um fascista, o outro comunista – que mal suspeitavam que dos seus sonhos medrariam os dois piores pesadelos que o século XX conheceu. No centro, tendido entre eles, nesta ideológica polé, Maquiavel. De novo, como em 1513, sujeito ao suplício da corda¹⁰³ e de novo, como através dos tempos, forçado a depor em prol de

posições radicalmente opostas na luta pelo poder. – *Nihil novi sub sole*: Teria ele razão?

Notas

¹ Martim de Albuquerque, na sua magistral investigação (e arqui-polémica tese) sobre, *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa – Ensaio de História das Ideias Políticas*, Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão [1973] (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974), n. 44, p. 156, registou a primeira edição d'*O Príncipe*, de 1935 (Atlântida), bem como as de 1945 (Cosmos) e 1955 (Guimarães). Absteve-se, apenas, tanto no texto e notas, como nos “Aditamentos” (que serão, pelo menos, de fins de 1973, cf. pp. 201-202), da edição das Publicações Europa-América, impressa em Janeiro de 1972. De então para cá, além de várias reedições, apareceram três outros Príncipes, em Portugal: Amigos do Livro (1977), Ediclube (1994) e Coisas de Ler (2003).

² O Príncipe foi pela primeira vez publicado em Roma, em 4 de Janeiro de 1532, por Antonio Blado, “*Con Gratie, & Priuilegi di N. S. Clemente VII & altri Principi (...)*”. Cf. fac-simile in Machiavelli – *Il Principe* (Torino: Unione Tipografico Editrice Torinese, 1961), após p. 28: *Il Principe di Niccholo Machiavello al Magnifico Lorenzo di Piero de Medici. (...)*. Assinatura e datação de Blado na fol. ii, v.. Para o panorama das publicações de, e sobre, Maquiavel, entre 1500 e 1901, que só pode sublinhar a excepcionalidade do retardo português, veja-se o indispensável levantamento feito por Sergio Bertelli e Piero Innocenti – *Bibliografia Machiavelliana* (Verona: Edizioni Valdonega, 1979). Este volume que, para o caso lusitano, deve ser complementado pelo já citado estudo de Martim de Albuquerque (a caminho de nova edição, revista e substancialmente acrescentada, segundo comunicação pessoal do Autor), é também utilíssimo para corrigir certas publicações, pejudas de erros de facto e, depois, de interpretação, como a, recente, de Arnaldo Cortina – *O Príncipe de Maquiavel e seus leitores. Uma investigação sobre o processo de leitura* (São Paulo: Edição UNESP, 1999), que, p. e., funda, em parte, a sua “leitura de Frederico” (pp. 170, sgts.), num panorama erróneo e truncado das edições do Anti-Maquiavel.

³ Uma versão mais breve deste texto, sem a análise da iconografia, da tradução e das notas de Francisco Morais, foi apresentada ao II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, em Janeiro de 2004, estando para publicação nas correspondentes Actas. O presente artigo inclui também algumas variações e aditamentos, resultantes de apuramentos posteriores.

⁴ Machiavelli, Niccolò – *Il Principe*, Introduzione e Note di Federico Chabod, *Con due tavole* (Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1933 [1ª ed.: 1924]).

⁵ Como nota Escarpit, 1935 foi o ano em que, com a Penguin, fundada na Grã-Bretanha por Sir Allen Lane, se inaugurou a era dos *paperbacks*, livros atraentes e de qualidade, com grandes tiragens e baixo preço. Cf. Robert Escarpit – *La révolution du livre* (Paris : Unesco, 2ª ed. rev. e actualizada, 1969), pp. 27-28. Em Portugal, na época que nos interessa, o fraco poder de compra e a alta taxa de analfabetismo, entre vários outros factores pesantes, restringiam severamente o mercado do livro. Lembre-se apenas, a título de exemplo, que no preâmbulo do Decreto-Lei nº 40.011, de 30 de Dezembro de 1954, se dizia que, em 1930, a percentagem de menores entre os 7 a 11 anos sem ensino era de 73,1% (reduzida para 8% em 1953-1954) e que a estatística de livros entrados feita a partir dos dados do Depósito Legal (introduzido em Maio de 1931) indicava, para

o período 1932-1942, uma entrada média de 2.900 títulos por ano (4390, para o decénio 1943-1952). Estes e outros interessantes dados sobre a edição e a leitura em Portugal no período que nos interessa são discutidos com vivacidade em Sá, Victor de – *As Bibliotecas, o Público e a Cultura – Um inquérito necessário* (Lisboa : Livros Horizonte, 1983), cf. pp. 155 e 161. Para o panorama actual veja-se o “Estudo de Hábitos de Leitura e Compra de Livros” (Omnibus, Março de 2003; T 5803/03, Nielsen/Quantum), feito por encomenda da APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros).

⁶ Evidentemente, fascista e fascismo são aqui utilizados como termos denotativos de uma ideologia definida, e não na acepção comum, indeterminada e pejorativa que vieram a ganhar. Como notava Manuel Braga da Cruz – *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Editorial Presença, 1988), o “uso e abuso indiscriminado que do termo se tem feito (...) retirou-lhe rigor de significação. A ponto de alguém [Stuart Woolf] ter já sugerido a suspensão da palavra do vocabulário científico” (p. 28). Para ilustração, notem-se as dissonâncias de fundo suscitadas pelo termo “fascismo” nos artigos incluídos em, Vários – *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980 (Lisboa: A Regra do Jogo, 1982), pp. 9-17, e 19-30. Veja-se, ainda, sobre as relações entre salazarismo e fascismo, o notável e pioneiro estudo de Hermínio Martins – “Portugal”, in Stuart Woolf (ed.) – *European Fascism* (New York: Random House, 1969), pp. 302-336. E para um “balanço das interpretações do salazarismo”, até cerca de 1990, António Costa Pinto – *O Salazarismo e o Fascismo Europeu* (Lisboa: Editorial Estampa, 1992). Na opinião do próprio Mussolini, o único “fascismo autêntico” foi o italiano, duvidando ele próprio (tal como o seu contemporâneo, o comunista Palmiro Togliatti, este com fundamentos diferentes!) de que o *fascismo italiano* fosse exportável, sem ser sob seu directo controlo, ou seja, acompanhando a expansão de uma sonhada Itália imperial. Cf., p. e., sobre estas e outras questões, que não pertence aqui examinar, uma recente e bem documentada biografia de Mussolini, a de Bosworth, R. J. B. – *Mussolini* (London: Arnold, 2002).

⁷ É de notar, porém que no *Quem é Alguém (Who's Who in Portugal) - Dicionário Biográfico das Personalidades em Destaque do Nosso Tempo - Ano de 1947* (Lisboa: Portugália Editora, Lda., Janeiro de 1947), p. 473, s.v. “Morais (Francisco da Silveira)”, vem arrolada entre as publicações de Morais “(...) a primeira tradução port. do *Príncipe (...)*”. Ora, tendo em conta a natureza deste tipo de publicações, em Portugal, feitas, em casos como este, através de informações enviadas pelos próprios epígrafados, será de presumir que Francisco Morais tivesse perfeita noção da precedência absoluta e consequente alcance e significado cultural da sua tradução d' *O Príncipe*, independentemente da respectiva eficácia, enquanto instrumento de intervenção política. .

⁸ Cf. Morais, Francisco – “Da miniatura medieval e sua relação com os códices miniaturados da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, in *Biblos*, Vol. IV, 1928, esp. pp. 492, sgts.. Trata-se da primeira parte da dissertação de licenciatura de Morais, que continuaria a ser publicada em números subsequentes da mesma revista, como abaixo se verá.

⁹ Veja-se a famosa “Exortação a conquistar a Itália e a libertá-la das mãos dos bárbaros”, o Cap. XXVI d'*O Príncipe*, 1935, pp. 113, sgts.

¹⁰ Tanto mais significativamente quanto o mesmo Morais se dispensa de indicar o texto que serviu de base à tradução!

¹¹ Por exemplo, para não ir mais longe e para fora do campo maquiaveliano, são da Alinari 24 das 37 ilustrações escolhidas por Sebastian de Grazia para o seu *Machiavelli in Hell*

(Princeton, New Jersey: Princeton University Press, MCMLXXXIX), Cf. pp. 473-475.

- ¹² Dele dizia Vasari que “(...) muitos excelentes mestres do seu tempo eram forçados a confessar que [Giorgione] tinha nascido para infundir alma às figuras e para imitar a frescura das compleições vivas melhor do que qualquer outro pintor, não apenas em Veneza, mas em todo o mundo.” Cf. Vasari, Giorgio - *Lives of the Painters, Sculptors and Architects*, Translated by Gaston du C. de Vere with an Introduction and Notes by David Ekserdjian (London: Everyman’s Library, 2 vols., 1996 [ed. orig.: 1912]), vol. I, p. 641. As *Vidas* foram publicadas pela primeira vez em 1550. Esta tradução baseia-se na segunda edição, revista e ampliada, de 1568 (cf. Ekserdjian’s «Introduction», vol. I, p. xv).
- ¹³ Para um relato em primeira mão, cf. Machiavelli, Niccolò - *Legazioni e commissarie*, a cura di Sergio Bertelli (Milano: Feltrinelli Editore, 3 vols., 1964), vol. I, pp. 255, sgts.
- ¹⁴ Além de um baixo-relevo de Austerlitz, para a coluna Vendôme e de bustos de Napoleão, Bartolini produziu representações de muitos membros da família Bonaparte, incluindo a mãe do imperador. Esculpiu também, por exemplo, bustos de Madame de Staël, Liszt e Byron - este último visivelmente infeliz, fazendo Byron parecer, nas palavras do próprio, um “jesuíta decrépito”!
- ¹⁵ Sobre a vida e obra de Bartolini, veja-se Tinti, Mario - *Lorenzo Bartolini* (Roma: Reale Accademia d’Italia, 2 vols., 1936), com excelentes e numerosas representações do trabalho do artista.
- ¹⁶ Pach, Walter - *Ingres* (New York and London: Harper & Brothers Publishers, 1939), p. 23. Escrevendo de Florença, em 20 de Abril de 1821, Ingres descrevia assim o quotidiano de Bartolini, em cuja casa estava de visita: “Eis como vivemos em casa do amigo Bartolini. Levantar às seis horas, tomamos o café do pequeno-almoço às sete, e depois separamo-nos para passar todo o dia a trabalhar nos nossos estúdios. Voltamos a juntar-nos para o jantar às sete da noite, e há um período de repouso e conversa até à hora do teatro, onde Bartolini vai todas as noites da sua vida. Encontramo-nos de novo de manhã, ao pequeno-almoço, e o mesmo se repete dia após dia. A verdade é que esta vida regular é a que melhor serve os artistas, homens cujo único interesse está na sua arte.” *Idem*, pp. 212-213.
- ¹⁷ [Machiavelli] - *Opere* (Milano: co’ tipi di Luigi Mussi, 11 vols., MDCCCX-MDCCCXI). Como tive ocasião de notar numa comunicação apresentada em Oxford, em Maio de 2004, “Machiavelli and the Prince: From Whorehouse Companion to Establishment Hero”, Maquiavel esteve editorialmente exilado de Itália entre meados do séc. XVI e a segunda metade do séc. XVIII, para regressar em triunfo com a edição de Florença de 1782 - que contava entre os muitos assinantes os Grão-Duques da Toscana e da Rússia, o Arquiduque de Áustria e o próprio Papa (“La Santità di Pio VI Sommo Pontefice”), o que não deixa de ser curioso para um autor inscrito no Index...: *Opere* (Firenze: A spese di Gaetano Cambiagi Libraio, 6 vols., MDCCLXXXII-MDCCLXXXIII), cf. “Nota de Sigg. Associati alle Opere di Niccolò Machiavelli”, no fim do vol. VI, o único que é de 1783. A edição de 1810 foi, por assim dizer, uma “reabilitação napoleónica” de Niccolò.
- ¹⁸ Tommasini, Oreste - *La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli nella loro relazione col Machiavellismo - Storia ed Esame Critico* (Bologna: Società Editrice Il Mulino / Istituto Italiano per gli Studi Storici, 2 vols., 1994). Trata-se da reprodução anastática da publicação original (Roma: Ermanno Loescher, 1883-1911). No frontispício do vol. I, acha-se uma gravura de Ballarini, reproduzindo... a estátua de Bartolini. *Les bons esprits*... Não será irrelevante assinalar que Tommasini com

este estudo ganhou o prémio instituído no quadro das celebrações do quarto centenário do nascimento de Maquiavel, em Florença (1869). A acta, de 16 de Janeiro de 1877, relativa à atribuição do prémio consta do vol. I (pp. xxi-xxvii, cf. p. xxiii, para a data) e expõe uma interessante análise do júri sobre os trabalhos concorrentes.

- ¹⁹ Tommasini, Oreste, *idem*, vol. 1, pp. 67-70. A estátua representa Maquiavel na força da idade, de pé, vestido com a toga florentina. O braço esquerdo, dobrado, leva a mão ao queixo, apoiando a cabeça um pouco inclinada para a frente, meditativa. O braço direito acompanha o corpo e a mão segura um grosso tomo, assente no capitel raso duma coluna, com a lombada de nervuras voltada para o observador. O capitel, à altura do Joelho direito de Maquiavel, é decorado com a loba romana amamentando os gémeos fundadores, a que se segue a palavra CAESAR. Abaixo do capitel, a coluna é adornada por brasões, sendo a base, simples, rodeada por uma coroa, a metade direita de folhas de louro, a esquerda de acanto. Entre os brasões do topo inclui-se a insígnia papal e uma flor-de-lis que, sozinha em seu escudo, e na sua forma peculiar simbolizará certamente Florença. Os brasões não estão enroscados como serpentes em torno do fuste, como romanticamente sugere Tommasini, mas quase alinhados, em consonância estética com o traço neoclássico da escultura. Na frente do plinto está gravado em romano clássico maiúsculo NICCOLÒ MACCHIAVELLI, sendo a grafia com duplo C uma variante comum, à época, talvez preferida aqui por Bartolini para obter uma distribuição harmoniosa e destacada do nome no espaço disponível.
- ²⁰ E também de Napoleão e Mussolini!
- ²¹ Para mais detalhado exame, veja-se, s. v. “Acanto” e “Loureiro”, Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain [et al.] - *Dicionário dos Símbolos - Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos Formas, Figuras, Cores, Números*, Tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra (Lisboa: Editorial Teorema, 1994 [ed. orig. Fr.: 1982]).
- ²² Tommasini, *cit.*, vol. 1, p. 70.
- ²³ *Idem, ibid.*
- ²⁴ *Idem*, vol. 1, n. 1, pp. 67-69, a p. 68.
- ²⁵ *Idem*, pp. 66-67.
- ²⁶ Na edição italiana de 1877, Villari não menciona a visita ao estúdio de Bartolini e sugere que este se teria baseado numa máscara funerária presente nos Uffizi, que tanto ele como Tommasini, por boas razões, consideram não ser de Niccolò. Porém, na primeira edição inglesa completa do notável trabalho de Villari acha-se a versão acolhida acima, no corpo do texto, e também referência a que o busto Ricci, reproduzido no frontispício da obra, estava na posse de Bentivoglio d’Aragona (“marquês” na nota, “conde” na legenda da imagem). Cp. Villari, Pasquale - *Niccolò Machiavelli e i suoi tempi*, illustrati con nuovi documenti (Firenze: Successori Le Monnier, vol. 1, 1877), n. 1, p. 310; e Villari, Pasquale - *The Life and Times of Niccolò Machiavelli*, Translated by Linda Villari (London: T. Fisher Unwin, vol. 1, Fourth Impression, s/d [mas c. 1900]), n. 2, pp. 228-229. O busto da Fig. 3
- ²⁷ Ridolfi, Roberto - *The Life of Niccolò Machiavelli*, Translated from the Italian by Cecil Grayson (Chicago: The University of Chicago Press, 1963 [ed. orig. It.: 1954]), n. 35, pp. 260-261, a p. 261. Esta tradução inglesa, segundo o próprio autor é preferível às italianas, face à excelência da tradução e às revisões e aditamentos que a beneficiam (*idem*, p. ix); cf. tb., sobre esta preferência, Ridolfi, Roberto - “Composizione, Rappresentazione e Prima Edizione della Mandragola”, in *Studi sulle commedie del Machiavelli* (Pisa: Nistri-Lischi, 1968), pp. 11-35, n. 2, p. 13.

- ²⁸ Cf. Hibbert, Christopher – *Il Duce: The Life of Benito Mussolini* (Boston: Little, Brown and Company, 1962), pp. 74, ss.; Bosworth, cit., passim; Fermi, Laura – *Mussolini* (Chicago: University of Chicago Press), etc..
- ²⁹ Cf. o artigo de Chabod, para a *Enciclopédia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti* (Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana / Milano: Rizzoli, vol. XII, 1934), s. v. “MACHIAVELLI, Niccolò”, pp. 778-790, a p. 789, col. 2, *in fine*: “Um ensaio que teve largo eco é o de B. Mussolini, *Preludio al M.*, in *Gerarchia*, Abril de 1925 [sic.]” (de facto, 1924, como veremos).
- ³⁰ P. e., Machiavelli, Niccolò – *Il Principe. Lettera a Francesco Vettori del 10 dicembre 1513. Ritratti di cose di Francia e della Magna. La Vita di Castruccio Castracani*, Testi nuovamente reveduti sui codici e sulle stampe e stabiliti criticamente da Mario Casella (...) seguite delle interpretazioni di Ugo Foscolo, Giuseppe Ferrari, Francesco de Sanctis, Alfredo Oriani e Benito Mussolini (Milano: Libreria d'Italia, 1929).
- ³¹ P. e., Machiavel – *Le Prince*, Préface de Benito Mussolini, Trad. de J. Gohory... (Paris: Helleu et Sergent, 1929) ; e Nicolas Machiavel – *Pages Choisies*, Avec une introduction et des notes par Alfred Mortier (Paris: Albin Michel Éditeur, 1928). Logo no começo da sua “Introdução” (pp. VII-XXI, a p. VII), observava Mortier: “Maquiavel teve também os seus defensores, que louvaram o seu patriotismo e a nobreza das suas intenções, e ainda muito recentemente, o Sr. Mussolini, no prefácio duma reedição, exaltou os ensinamentos do «Secretário florentino» e fê-los seus” – exactamente como na edição de Francisco Morais...
- ³² Machiavelli, Niccolò – *The Prince*, Translated and with an introduction by George Bull including the Prelude by Benito Mussolini (London: The Folio Society, MCMLXX, 2ª ed., 1972).
- ³³ Medina, João – *Salazar, Hitler, Franco – Estudos Sobre Salazar e a Ditadura* (Lisboa: Livros Horizonte, 2000), p. 126.
- ³⁴ Nogueira, Franco – *Salazar – Os tempos áureos (1928-1936) – Estudo Biográfico* (Coimbra: Atlântida Editora, vol. II, 1977).
- ³⁵ A expressão utilizada por Fernando Rosas – *O Estado Novo (1926-1974)*, 7º volume da História de Portugal, Direcção de José Mattoso (s/l: Círculo de Leitores, 1994), pp. 292, 294 (legenda), passim. Veja-se, também, o “gráfico da evolução” do salazarismo, no fim do volume de Vários – *O Fascismo em Portugal*, cit., p. [553], gráfico que mostra a “ascensão” do regime, entre 1932 e 1938, com um “apogeu”, que vai de meados de 1939 a meados de 1942.
- ³⁶ Cf. Morais (Atlântida), n. (3), p. 121. O trecho citado por Francisco Morais, a partir da revista *Biblos*, vol. 5, 1929, p. 187 – vol. 5, que, note-se, também inclui a segunda parte da dissertação de licenciatura do próprio FM, como adiante veremos – versa sobre o conceito de *virtù* e acha-se no *Maquiavel e Antimaquiavel*, de Vergílio Taborda (Coimbra: [Imp. na Tip. da Atlântida], 1939), a pp. 32-33.
- ³⁷ Maquiavel / Frederico – *O Príncipe / O Anti-Maquiavel*, Tradução e Proémio por Carlos de Soveral (Lisboa: Guimarães Editores, [Imp. em Setembro de] 1955), cf. “P. S.” ao “Proémio”. Itálico meu.
- ³⁸ Taborda, cit., pp. 5-11.
- ³⁹ *Idem*, p. 21.
- ⁴⁰ *Idem*, p. 39.
- ⁴¹ Mussolini – *Discursos da Revolução*, Tradução de Francisco Morais, Prefácio de Italo Balbo (Coimbra: Coimbra Editora, 1933). Italo, Conde Balbo, ás da aviação e ministro dessa pasta, governador da Lfbia, etc., foi uma espécie de “Goering italiano”, tendo sido abatido sobre Tobruk, em 1940. Apesar da sua breve adesão inicial ao poético “fascismo” de d’Annunzio, veio a tornar-se num fiel apoiante do Duce, do que o arrebatado prefácio (pp. [v], 1-6) dá ampla prova, bem como da admiração do Conde pelas qualidades do Chef: “A tenacidade do romano [Mussolini], a sua força, o seu génio tinham vencido” (p. 6).
- ⁴² Mussolini, Benito – *A Vida de Arnaldo*, Tradução de Francisco Morais (Coimbra: [Comp. e imp. na Tip. da Coimbra Editora, L.da], 1935). Sem menção de editora, o livro traz na capa o que parece ser a indicação de uma série ou colecção, “Prosadores Italianos Contemporâneos”, o que corresponderia a um projecto de F. Morais, a uma estratégia de valorização literária do Duce – ou a ambas as coisas...
- ⁴³ Christopher Hibbert – *Il Duce: The Life of Benito Mussolini* (Boston: Little, Brown and Company, 1962), p. 42.
- ⁴⁴ Cf. *Quem é Alguém...* 1947, cit., p. 473, c. 2.
- ⁴⁵ Cf., p. e., Octávio de Faria – *Machiavel e o Brasil* (Rio de Janeiro: Schmidt, 1931), que acha em Maquiavel excelentes remédios para a “desordem” do seu país. Octávio de Faria viria, ainda, nos anos 30, a ocupar-se de temas políticos, antes de se concentrar na sua obra literária, incluindo a monumental série da *Tragédia Burguesa*. Sobre a influência do Integralismo no fascismo brasileiro na década de 30 e em Espanha, cf. A. Costa Pinto, cit., n. 25, p. 33, e Claude Lefort (que menciona Faria) – *Le travail de l’oeuvre Machiavel* ([Paris]: Gallimard, 1972), p. 172.
- ⁴⁶ A edição de 1935, além do passo com a referência a 1924, exclui também o título do artigo de Mussolini, por razões que escapam.
- ⁴⁷ Cortina, Arnaldo, cit., p. 209. Cortina parece tomar por bom o mito de o “Professor Benito Mussolini”, como o próprio gostava de ser tratado, se ter licenciado em Direito, quando, de facto, o grau mais alto que alcançou foi o diploma de professor de Francês do ensino secundário, na Universidade de Bolonha, em 1907 – bem mais do que Hitler, mas bem menos do que Salazar ou Franco. Sobre as habilitações do Duce, cf. Bosworth, *op. cit.*, pp. 59, *passim* e 66.
- ⁴⁸ Deve dizer-se que, segundo Christopher Hibbert, um dos seus biógrafos, Mussolini mostrava um acentuado desinteresse por este tipo de honrarias, tal como pelas condecorações, *Il Duce...*, cit., pp. 42-43.
- ⁴⁹ Mussolini, in Maquiavel (Atlântida, 1935), p. V.
- ⁵⁰ *Idem*, p. VIII.
- ⁵¹ *Ibid.*, p. IX.
- ⁵² *Ibid.*, p. IX.
- ⁵³ *Id.*, p. XI.
- ⁵⁴ Veja-se o texto integral de Salazar, publicado em francês em 1937, “O Estado Novo não é Fascista”, reproduzido, no original e em tradução, por João Medina, *op. cit.*, pp. 292-296.
- ⁵⁵ *Apud* Medina, João, cit., p. 118.
- ⁵⁶ Cf. Nogueira, Franco, cit., vol. II, p. 250. Itálicos do original; cf. tb. pp. 254-256, 268 sgts., *passim*.
- ⁵⁷ *Apud* Medina, João, cit., p. 118.
- ⁵⁸ *Apud* Medina, João, cit., p. 131.
- ⁵⁹ Veja-se, sobre este ponto, Manuel Braga da Cruz – *O Estado Novo e a Igreja Católica* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 2ª ed., 1999 [1998]) e Nogueira, Franco, cit., vol. II, pp. 152, 174, *passim*.
- ⁶⁰ Medina, João, cit., p. 118.
- ⁶¹ Esta repressão salazarista foi ela mesma reprimida, ou melhor, suprimida, por certa “historiografia” posterior, como a da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, que ignorou os presos fascistas, neutralizando assim “(...) grande parte do interesse da obra como fonte para a investigação científica”, como nota, com visível e justificada impaciência, António

- Costa Pinto – *Os Camisas Azuis – Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), n. 16, p. 273.
- ⁶²Pinto, A. Costa, *idem, ibid.*, p. 25.
- ⁶³Raul Proença – *Acerca do Integralismo Lusitano*, Prefácio de Manuel Mendes (Lisboa: Seara Nova, 1964), pp. 5-6.
- ⁶⁴Como argumenta nota Hermínio Martins (*op. cit.*, p. 305), o Integralismo Lusitano, ao captar e doutrinar os mais predispostos a aderirem a modelos de extrema-direita importados, esterilizou em boa parte o terreno em que esses paradigmas se poderiam ter implantado. Cf. tb., sobre este ponto, Costa Pinto, que refere H. Martins, *op. cit.*, pp. 23-24.
- ⁶⁵Medina, João, *cit.*, p. 114.
- ⁶⁶Pinto, A. Costa, *cit.*, p. 195.
- ⁶⁷Cf. Medina, João, *cit.*, p. 116.
- ⁶⁸Pinto, A. Costa, *cit.*, pp. 234-235. Fernando Rosas, *cit.*, p. 235.
- ⁶⁹*Idem*, pp. 241, 246, 237-239, e *cit.* a p. 255. Sobre a AEV, cf. António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro – *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936) – A Juventude Nacionalista nos Primórdios do Estado Novo* (Lisboa: História Crítica, 1980).
- ⁷⁰*Idem*, Camisas Azuis..., pp. 264-265.
- ⁷¹Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 227. Pinto, A. Costa, *cit.*, pp. 279-280.
- ⁷²Pinto, A. Costa, *idem*, pp. 281, 267. Mais detalhes em, p. e., Nogueira, Franco, *cit.*, vol. II, pp. 334-339.
- ⁷³Machiavelli, Niccolò – *Il Principe*, Introdução e Note di Federico Chabod, *Con due tavole* (Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1933 [ed. orig.: 1924]).
- ⁷⁴A título de exemplo, comparem-se as seguintes notas de Morais com as correspondentes, de Chabod (estas referidas entre parêntesis, com um sinal de =, significando, em geral, apenas, NB, correspondência próxima, no conteúdo e/ou redacção): 8Morais (= 2Chabod, p. 10); 9 (= 3, p. 10); 10 (= 1, p. 11); 14 (= 4, p. 14); 15 (= 5, p. 14); 18 (= 1, p. 16); 20 (= 2, p. 20); 21 (= 3, p. 18); etc.
- ⁷⁵[MAQUIAVEL] *Il Principe di Niccholo Machiavello...* ([Roma: Antonio Blado d'Asola, 4 de Janeiro de 1532], cf. ii v.).
- ⁷⁶Maquiavel dirige-se aqui à Magnificência de Lorenzo o Jovem, a quem, na altura – não sendo ainda Capitão dos florentinos (Ilustríssimo), nem Duque de Urbino (Vossa Excelência), como mais tarde veio a ser – cabia apenas o tratamento formal por “Vossa Magnificência”. Trata-se, portanto, da umanità da Magnificência de Lorenzo, à qual a obra devia ser aceita.
- ⁷⁷P. e., cf. Machiavelli, Niccolò – *Il Principe* (Milano: Oscar Mondadori, 1994), n. 5, p. 4, onde “umanità” é dada por “desiderio di cultura” (!). Ora, Maquiavel usa o mesmo termo *umanità* (aliás, vulgar, e sinónimo de “gentileza”, “bondade”, “benevolência”), em outros contextos. Como naquele – em certo sentido, idêntico ao da Dedicatória, visto que se dirige a superiores – em que se refere à *umanità* com que os Antigos respondem às suas perguntas, à noitinha, no exílio de San Casciano (ver a famosa carta a Francesco Vettori, de 10 de Dezembro de 1513: “*et quelli per loro humanità mi rispondono*”, *Opere*, p. 923). Não é certamente por “desejo de cultura” que os Antigos respondem a Niccolò! De resto, não seria disparate nenhum, nemlouvaminha cortesã, atribuir qualidades humanísticas a Lorenzo o Jovem, que tinha recebido uma esmerada educação, como assinala o mesmo Vettori (seu íntimo amigo), na biografia que, após a morte daquele, sobre ele escreveu. Vettori, Francesco – *Scritti Storici e Politici*, a cura di Enrico Niccolini (Bari: Gius. Laterza & Figli, 1972), pp. 259-272, *Vita di Lorenzo de' Medici, Duca d'Urbino, composta per Francesco Vettori [sic.]e mandata alla illustre e prudente madonna Clarice, sorella del sopradetto Duca e moglie di Filippo Strozzi* [a propósito, o mesmo Filippo Strozzi, “nobile Fiorentino”, a quem Blado, o editor da princeps romana de 1532, endereça a sua dedicatória]. Lorenzo esteve em Veneza, em casa dos Lipomanni, amigos dos Medici, até aos seis anos, sendo então enviado para Roma, para aprender Latim e Grego, línguas que entendia muito bem “(...) e la latina scriveva e parlava.” (Vettori, *cit.*, p. 262-263). Pouco adiante, Vettori menciona a “*umanità e modestia*” de Lorenzo (p. 263). Será preciso mais? Cf., sobre Vettori, o pioneiro livro de Louis Passy *Un ami de Machiavel, François Vettori, sa vie et ses oeuvres* (Paris: Plon, 2 vols., 1913-1914), esp. vol. I; Rosemary Devonshire Jones – *Francesco Vettori – Florentine Citizen and Medici Friend* (London: The Athlone Press, 1972); e, sobre as relações epistolares com Maquiavel, p. e., John M. Najemy – *Between Friends – Discourses of Power and Desire in the Machiavelli-Vettori Letters of 1513-1515* (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993).
- ⁷⁸Pode dizer-se que esta curiosa tese, que tem antecedentes, se baseia na completa ausência de provas documentais. Ou melhor, essa mesma ausência é interpretada como indicador de um íntimo e secreto comércio entre os dois homens!... Cf. Masters, Roger D. – *Leonardo da Vinci and Niccolò Machiavelli's Magnificent Dream to Change the Course of Florentine History* (New York / London /...: Plume / Penguin Group, 1999); ou, do mesmo, *Machiavelli, Leonardo, and the Science of Power* (Notre Dame and London: University of Notre Dame Press, 1996).
- ⁷⁹E não 1900, como na *Grande Enciclopédia...*, Apêndice XL, p. 161, col. 2, s. v. “MORAIS, Francisco da Silveira”.
- ⁸⁰Informação colhida da certidão de baptismo de Francisco Morais, através do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), a cuja Directora cabe expressar devida gratidão, bem como, muito em especial, à Dra. Ana Maria Bandeira e à sua incedível gentileza, quer na obtenção de dados, quer na prestação de outros valiosos esclarecimentos, no que respeita a este ponto e às referências subsequentes, com origem no AUC.
- ⁸¹AUC: *Processos para Carta de Curso*, contendo certidão relativa ao último exame e prova tipográfica da Carta de Curso, de FM.
- ⁸²*Biblos*, vol IV, pp. 461-477, e vol. V, pp. 183-198, o que cobre a primeira parte do livro de Tabora, anunciando a continuação que, todavia, não foi publicada na revista.
- ⁸³AUC. E, para o Curso de Ciências Pedagógicas, *Quem é Alguém...*1947, *cit.*, p. 473, que também informa ser FM casado com D. Júlia Ribeiro Miranda de Morais e morador na “(...) R. Lourenço d'Almeida Azevedo, 15 – Telef. 3286 – Coimbra.” A posse de telefone indica a pertença a uma certa elite, como a exiguidade do número também sugere.
- ⁸⁴No *Quem é Alguém...*1947, *cit.*, diz-se que “Em 1940 foi equiparado a bolsheiro do I. A. C.”, ou seja, do Instituto de Alta Cultura.
- ⁸⁵AUC: *Processo de Funcionário na Universidade de Coimbra* (Caixa 74, “Francisco da Silveira Morais”).
- ⁸⁶A *Grande Enciclopédia*, *cit.*, menciona-o como “escritor e numismata”.
- ⁸⁷*Grande Enciclopédia*, *cit.*
- ⁸⁸*Idem, ibid.*...
- ⁸⁹Cf. QUINTELA, Paulo – *Curriculum Vitae* (Coimbra: s. n., 1970), p. 6.
- ⁹⁰Por exemplo, a *Grande Enciclopédia*, *cit.*, dá-o como autor de um *Cristóvão Colombo*, que não foi possível encontrar, tal como sucedeu com “traduções do espanhol”, referidas mas não especificadas pelo *Quem é Alguém...*1947, *cit.*

⁹¹ Este último livro apresenta uma particularidade curiosa. Nas anónimas “Duas Palavras” que lhe servem de prefácio (pp. 5-8) e que são datadas de Castelo Branco / Dezembro de 1953, diz-se (diz José Lopes Dias), a p. 8: “O trabalho que vem a público tem um legítimo precedente no suplemento ao *Vol. IV* da «*Brasília*», onde o querido camarada e velho amigo Dr. Francisco Morais reuniu os universitários naturais do Brasil e que despertou incalculável sensação do outro lado do Atlântico, isto é, autêntico sucesso no meio intelectual brasileiro” (destaques do original). O teor e redacção deste período parecem claramente excluir, por razões lógicas e de pudor, a mão de Francisco Morais: o qual, porém, surge como primeiro co-autor, na capa e folha de rosto da edição. Dado que o prefácio do livro é datado de 1953 e a publicação é de 1955, será de supor que FM se tenha juntado aos labores de J. L. Dias (certamente o adiantado prefaciador), entre essas datas. Por outro lado, o estudo de FM sobre universitários do Brasil, que aquele refere, inicia-se por uma nota também intitulada “Duas Palavras”: cf. Francisco MORAIS – “Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil”, in *Brasília*, Suplemento ao Volume IV, Publicação Comemorativa do Quarto Centenário da Cidade do Salvador (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Instituto de Estudos Brasileiros, 1949). E na segunda página das suas “Duas Palavras”, FM refere este Instituto, “(...) onde servi tão longo tempo (...)”, o que já tem um sabor a despedida...

⁹² Manuel Lopes d’Almeida, um ano após o prefácio a Taborda, doutorou-se e foi nomeado Secretário de Estado da Educação, cargo que desempenhou até 1946, vindo mais tarde a ser Ministro da Educação (1961-1962). Cf. Aníbal Pinto de Castro – *Doutor Manuel Lopes de Almeida – In Memoriam* (Coimbra: Edição do Autor, [sep. da *Biblos*, Vol. LVII], 1981); *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s / d), vol. XV, s. v. “LOPES DE ALMEIDA (Manuel)”, pp. 439-440; e Manuel Augusto Rodrigues (Dir.) - *Memoria Professorvm Vniversitatis Conimbrigenis, 1772 - 1937* (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. II, 1992), s. v. “ALMEIDA, Manuel Lopes” de, pp. 66-67. É preciso examinar as discrepâncias entre datas e designações, nestas três fontes, tendo-se, na dúvida, optado pela última (onde se encontra a fotografia do “Curso de Letras de 1932-33”, a p. 355, vendendo-se o jovem Lopes de Almeida na primeira fila, primeiro a contar da esquerda).

⁹³ E não 1915 como, certamente por gralha tipográfica, indica a *Grande Enciclopédia...*, cit., vol. XXIV, s. v. “QUINTELA (Paulo)”, p. 113. Cf. Rodrigues, M. (Dir.) – *Professorvm Vniversitatis...*, cit., s. v. “QUINTELA, Paulo Manuel Pires”, pp. 79-80. Tal como no caso anterior, onde se acharam discrepâncias, optou-se por esta última fonte e pela informação contida no *Curriculum Vitae* de Paulo Quintela, cf. *infra*.

⁹⁴ De que foi demovido, nas férias de Páscoa de 1925, conta ele, pelo Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, a quem, apesar das diferenças ideológicas que os separavam, sempre manifestou um grande respeito de discípulo e grande afeição pessoal, ao contrário do que sentia por Salazar, que conheceu de passagem em casa de Cerejeira e que achou de uma rebarbativa “frialdade”. Cf. Cristóvão de Aguiar – *Com Paulo Quintela à Mesa da Tertúlia – Nótulas Biográficas* (Coimbra: [Subsidiado pelo Serviço de Publicações da Reitoria da Universidade de Coimbra], 1986), pp. 53 e 65.

⁹⁵ Não se diz “carreira académica”, porque esta, até 1974, foi frustrada por razões políticas. Com efeito, apesar de ter sido proposto para professor catedrático, por unanimidade, pelo Conselho Escolar da sua Faculdade, Paulo Quintela escrevia

ainda (com amargura), em 1970, como professor auxiliar, contratado além do quadro. Cf. Paulo Quintela – *Curriculum Vitae* (Coimbra: s. n., 1970), p. 15. Passou a professor catedrático em 1974, jubilandando-se em 24 de Dezembro de 1975 e veio a receber alto reconhecimento público: Ordem da Liberdade (1983), Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública, Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra (1986), etc.. Cf. Rodrigues, M. (Dir.) – *Professorvm Vniversitatis...*, cit., p. 80.

⁹⁶ Quintela, *Curriculum Vitae*, cit., p. 6.

⁹⁷ *Idem*, *ibid.*, p. 11.

⁹⁸ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 384.

⁹⁹ Uma excepção acha-se em Martim de Albuquerque – *Em Torno da Sombra de Maquiavel. Uma Tradução Setecentista de «Il Príncipe»*, Separata del libro *Homenaje a José Antonio Maravall* (s. l.: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1986), pp. [1-36] = pp. 71-106. O autor publica aqui (pp. [11-36] = pp. 81-106), fragmentos de uma tradução manuscrita de Francisco Bernardo Holbeche, existente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, com a cota CX/1-5 (cf. p. [5] = p. 75). Datada de 1760, abrange apenas os Caps. I e II e o princípio do Cap. III d’*O Príncipe*, sendo o texto acompanhado de longos comentários de Holbeche. É para ilustrar os méritos relativos da tradução deste último que Martim de Albuquerque põe lado a lado as versões do Cap. I, respectivamente de Francisco Holbeche, Francisco Morais, Carlos Soveral, Lívio Xavier e António d’Elia (cf. p. [10] = p. 80). Trata-se, creio, do único uso feito, até agora, da edição de Francisco Morais, em letra impressa, a que se somam os “Extractos da mais célebre obra de Maquiavel”, publicados na página da Internet, “O Portal da História – Teoria Política”, © Manuel Amaral 2002-2003, <http://www.arqnet.pt/portal/universal/teoria/principe.html>.

¹⁰⁰ Como nota Fest, “Mussolini considerava-se o decano e gostava de assumir um tom superior, uma espécie de precedência fascista, face ao seu parceiro alemão.” Por seu turno, Hitler tinha um busto de bronze do *Duce*, no seu gabinete da Casa Castanha e, em 1936, declarou-o (palavras suas) “o maior estadista do mundo, ao qual nenhum outro pode ser, mesmo que remotamente, comparado”. Fest, *cit.*, p. 745. C. Hibbert, *cit.*, pp. 76 ss., mostra o nervosismo de Hitler perante Mussolini, nos primeiros tempos, e o descaço em que este inicialmente tinha o *Führer* e o seu *Mein Kampf*.

¹⁰¹ Cf., por todos, Bosworth, *op. cit.*, sobre os detalhes deste accidentado trajecto, incluindo o do cadáver de Mussolini (pp. 414, ss.).

¹⁰² Maquiavel – *O Príncipe*, Tradução de Berta Mendes, Prefácio e notas de Manuel Mendes (Lisboa: Edições Cosmos, 1945), p. XII. O interesse desta edição reside essencialmente no prefácio de Manuel Mendes, já que a tradução, que aparenta ter sido feita a partir de um original francês, pouco tem que a recomende. Manuel Mendes (1901-1969), que, tal como sua mulher, Berta, leccionou no ensino secundário particular, deixou numerosos escritos, entre traduções e originais, dedicando-se essencialmente à pintura e à escultura. Em Novembro de 1945 seria um dos fundadores do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e viria a filiar-se no Partido Comunista Português. A interpretação que adopta no prefácio tem, tal como a de Mussolini, longos antecedentes, mas, ao contrário do *Duce*, apresenta Maquiavel como republicano puro, democrata ardente e escarmento de tiranos...

¹⁰³ Como é sabido, durante o seu cativo de vinte e dois dias, em Fevereiro / Março de 1513, Maquiavel foi interrogado e sujeito à tortura judicial da estrapada (*strappata*), que refere no soneto que começa “*Io ho, Giuliano, in gamba un paio di geti / con sei tratti di fune in su le spalle; (...)*”, e em duas cartas a Vettori, respectivamente de 18 de Março e 9 de Abril de 1513.

Cf., p. e., Machiavelli – *Tutte le opere storiche, politiche e letterarie*, A cura di Alessandro Capata (Roma: Newton, 1998), pp. 881, 905, 906. Na strappata, o interrogado era suspenso pelos pulsos, amarrados atrás das costas, e deixado cair, até uma braça do chão – “(2 pés e sete polegadas)”, especifica com deleite o Barão Corvo –, sofrendo agudas dores e, por vezes, a deslocação dos ombros. Para sádicos detalhes, veja-se o mesmo e inimitável Frederick Baron Corvo - *A History of the Borgias*, Introduction by Shane Leslie (New York: Random House, 1931), n. 1, p. 167. A tortura de Maquiavel deve ter sido comparativamente leve, dado que saiu por seu pé da *Stinche* e que a experiência, como se viu, não lhe perturbou a actividade epistolar. Suspeita-se que bem mais teria sofrido com Francisco Morais e Manuel Mendes, puxando-o, cada um para seu lado, no escaldante potro da Guerra Fria...